

Escola de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Influência da pertença grupal na perceção do sofrimento dos alvos em situações de ameaça às Necessidades de Pertença e de Justiça

Ana Raquel Martins Leandro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Isabel Correia, Professora Associada com Agregação, ISCTE-IUL

Setembro de 2013



Escola de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Influência da pertença grupal na perceção do sofrimento dos alvos em situações de ameaça às Necessidades de Pertença e de Justiça

Ana Raquel Martins Leandro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Isabel Correia, Professora Associada com Agregação, ISCTE-IUL

Setembro de 2013

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Isabel Correia, minha orientadora, pelo apoio, disponibilidade, incentivo e interesse demonstrado ao longo deste trabalho. Pelos conhecimentos transmitidos e pelas sugestões que enriqueceram este trabalho.

Ao ISCTE-IUL pelo acolhimento e por ser a minha casa. Aos professores e colegas que me acompanharam neste percurso.

Aos alunos que participaram neste estudo pela sua disponibilidade.

Aos meus pais pelo amor, carinho, paciência e apoio. Pela compreensão e encorajamento. Pelo cuidado e dedicação. Por acreditarem em mim.

Ao meu irmão pela alegria e por ser uma motivação em todos os momentos. Pela coragem, exemplo e inestimável carinho. Sobretudo pela paciência.

À minha prima por ser a companheira de sempre. Pela amizade, alegria e por estar sempre presente.

À restante família por todo o apoio e carinho.

Aos meus amigos, pelas críticas e sugestões, pelos momentos de descontração e alegria. Pela boa disposição, por estarem sempre presentes quando mais preciso. Por todo o apoio e paciência. Acima de tudo pela amizade e por aquilo que significam para mim.

Aos meus colegas de trabalho, pelo interesse e incentivo.

A todos os que fizeram parte do meu percurso e que de algum modo acrescentaram algum valor à minha vida. Um muito obrigado!

Resumo

Todos os indivíduos têm a necessidade de procurar relações com os outros (Baumeister & Leary, 1995) e de acreditar que vivem num mundo justo, onde têm aquilo que merecem (Lerner, 1980). No entanto, verificamos que estas necessidades não são satisfeitas quando nos deparamos com situações de exclusão social e injustiça. Vivendo num mundo de categorizações, verifica-se que existe a tendência das pessoas favorecerem o seu próprio grupo e a considerarem-no como mais humano em comparação com o exogrupo (infra-humanização; Leyens et al., 2000). Assim, considerando a exclusão social e a injustiça como marcas da humanidade, o presente estudo definiu como objetivos verificar se estas são percebidas como tendo um conjunto de respostas idêntico nos alvos e perceber se a categorização social dos mesmos influencia essa perceção. A amostra foi constituída por 62 estudantes do ISCTE-IUL, aos quais era apresentado dois cenários, um relativo à necessidade de pertença e outro à de justiça, sendo estes vivenciados por um alvo do endogrupo (estudante do ISCTE-IUL) ou por um alvo do exogrupo (estudante de outra universidade). Os resultados demonstraram que tanto a satisfação como a não satisfação da necessidade de pertença é percebida como tendo maior influência nas necessidades humanas básicas e emoções dos alvos do que a satisfação e/ou não satisfação da necessidade de justiça. Além disso, os resultados mostram uma possível forma de infra-humanização do exogrupo, na medida em que este é considerado como tendo valores diferentes do endogrupo.

Palavras-chave: Necessidade de Pertença, Necessidade de Justiça, Exclusão Social, Injustiça, Categorização Social do alvo, Infra-humanização.

3020 Group & Interpersonal Processes3040 Social Perception & Cognition

Abstract

All individuals have the need to create relationships with others (Baumeister & Leary, 1995), and they need to believe in a just world, where they have what they deserve (Lerner, 1980). However, these two needs aren't met when we are faced with situations of social exclusion and injustice. Living in a world of categorizations, it is found that there is a tendency for people to favor their own group and to consider it as more human than outgroup (infra-humanization; Leyens et al., 2000). So, considering social exclusion and injustice as hallmarks of humanness, the present study aims to verify that the unmet needs of belonging and justice are perceived as having a set of identical effects on the target, and that the target's social categorization influences this perception. The study had a sample of 62 students from ISCTE-IUL, in which they were presented with two scenarios, one concerning the need to belong and the other the need for justice. These were experienced by a target ingroup (students from ISCTE-IUL) or a target outgroup (students from another university). The results showed that the satisfaction and/or dissatisfaction of the need to belonging seems to have greater influence on human needs and emotions in the targets than the satisfaction and/or dissatisfaction of the need for justice. In addition, the results show a possible form of infra-humanization of outgroup because this group is considered as having different values of the ingroup.

Key-words: Need to Belong, Need for Justice, Social Exclusion, Injustice, Social Categorization, Infra-humanization.

3020 Group & Interpersonal Processes3040 Social Perception & Cognition

Índice

	Introdução	. 1
I.	Enquadramento Teórico	. 3
	1.1.A Necessidade de Pertença e Exclusão Social	. 3
	1.2.A Necessidade de Justiça e Injustiça	. 5
	1.2.1. A Teoria da Crença no Mundo Justo	. 5
	1.2.2. Tipos de Injustiça e a Ameaça à Crença no Mundo Justo	. 6
	1.3.Uma possível relação entre a Necessidade de Pertença e a Necessidade de Justiça	ı 8
	1.4.A Categorização Social e a Infra-humanização	. 9
	1.5.A Infra-humanização e a perceção das consequências da não satisfação das necessidades de Pertença e Justiça	11
II.	O Presente Estudo	13
III	.Método	15
	3.1.Participantes	15
	3.2.Design e Variáveis Independentes	15
	3.3. Variáveis Dependentes	17
	3.4.Procedimento	17
IV	.Resultados	19
V.	Discussão	24
VI	.Referências	29
VI	I. Anexos	35
	Anexo A: Questionários	35
	Anexo B: Curriculum Vitae	55

Índice de Quadros

Quadro 1: Médias e desvios-padrão do nível de pertença em função do tipo de necessidade e
satisfação da necessidade
Quadro 2: Médias e desvios-padrão do nível de controlo em função do tipo de necessidade e satisfação da necessidade
Quadro 3: Médias e desvios-padrão do nível de autoestima em função do tipo de necessidade e satisfação da necessidade
Quadro 4: Médias e desvios-padrão do nível de felicidade em função do tipo de necessidade e categorização social do alvo
Quadro 5: Médias e desvios-padrão do nível de felicidade em função do tipo de necessidade, satisfação da necessidade e categorização do alvo
Quadro 6: Médias e desvios-padrão do nível de mágoa em função do tipo de necessidade e satisfação da necessidade

INTRODUÇÃO

A motivação é definida como uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes (Vernon, 1973). Assim, sabe-se que todo o comportamento humano tem por base alguma motivação, uma necessidade ou desejo de alcançar um objetivo apropriado (Krench & Crutchfield, 1959).

A necessidade de pertença apresenta grande importância para nós, uma vez que é essencial para a boa adaptação dos indivíduos (Baumeister & Leary, 1995; Maslow, 1954). Sendo então a necessidade de pertença fundamental, a exclusão social (não pertença) afeta a cognição, emoções e comportamentos dos indivíduos (Baumeister & Leary, 1995). Recentemente, a literatura mostrou que a exclusão social conduz à diminuição da satisfação das necessidades humanas básicas (pertença, autoestima, controlo e vida com significado; Riva, Wirth & Williams, 2011) e ao aumento de emoções negativas, como mágoa, tristeza, ansiedade e vergonha (Twenge, Baumeister, Tice & Stucke, 2001; Riva, Wirth & Williams, 2011), efeitos estes semelhantes aos da dor física.

A literatura tem ainda demonstrado a importância da necessidade de justiça, pois tem sido considerada como uma fonte de influência na vida das pessoas (Lerner, 2003). Uma vasta literatura tem mostrado que quando as pessoas são alvos de injustiça, quer ao nível dos resultados que lhes são atribuídos (Adams, 1965), dos procedimentos a que são sujeitos (Thibaut & Walker, 1975) ou da qualidade do tratamento (Bies & Moag, 1986), isso pode levar a um aumento de emoções negativas, tais como desapontamento, raiva, tristeza, hostilidade e inveja (Mikula, Scherer & Athenstaedt, 1998), à diminuição da autoestima (Smith, Tyler, Huo, Ortiz & Lind, 1998), à depressão (Hafer & Olson, 1993) e a um pior desempenho (Rego, 1999).

Como se sabe, para facilitar a organização do mundo e simplificar o modo como vemos a realidade social, tendemos a criar categorias sociais (Tajfel, 1969). A forma como as pessoas categorizam os outros como membros do mesmo grupo (endogrupo) ou de outro grupo (exogrupo), tem um grande impacto na cognição, sentimentos e comportamentos dos indivíduos (Tajfel & Turner, 1979). Leyens, Paladino, Rodriguez, Vaes, Demoulin, Rodriguez e Gaunt (2000) referiram que as pessoas têm tendência para favorecer o seu próprio grupo e a considerarem-no como mais humano em comparação com um exogrupo (infra-humanização). Considerando a exclusão social e a injustiça como marcas da humanidade, será que podem ser vistas como mais típicas do endogrupo?

Em relação à exclusão social a resposta parece ser afirmativa. De facto, num estudo publicado recentemente, Riva e Andrighetto (2012) mostraram que esses efeitos da exclusão social de um alvo são percebidos como mais graves quando o alvo pertence ao endogrupo em comparação com um alvo que pertence ao exogrupo, o que pode ser explicado pelo facto das pessoas terem a tendência para considerarem o seu grupo como mais humano em comparação com um exogrupo (Leyens *et al.*, 2000).

Neste sentido, no presente trabalho pretende-se verificar se a categorização social do alvo influencia a perceção das respostas do alvo em situações de pertença, justiça, exclusão social e injustiça, ou seja, se nestas situações existe infra-humanização do exogrupo. Além disso, este estudo pretende investigar se as necessidades de pertença e de justiça são percebidas como tendo um conjunto de respostas semelhante nos alvos.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A Necessidade de Pertença e a Exclusão Social

Apesar da complexidade da vida social, parecem existir alguns aspetos que são fundamentais para a nossa existência, sendo um deles o desejo de inclusão e aceitação pelos outros. Os indivíduos procuram relações afetivas com os outros, ou seja, procuram um lugar no seu grupo ou família (Maslow, 1954). Segundo Adler (1930), os seres humanos têm uma necessidade fundamental de pertença, uma vez que as interações sociais são cruciais e decisivas para um desenvolvimento normal. Por sua vez, Baumeister e Leary (1995) afirmam que a necessidade de pertença é caracterizada por uma necessidade de contato regular e pela perceção de que o relacionamento interpessoal é estável. Estes autores referem ainda que os indivíduos têm necessidade de formar e manter, pelo menos, uma quantidade mínima de relacionamentos interpessoais duradouros, positivos e significativos. As pessoas precisam de frequentes contatos ou interações sociais com os outros, livres de conflitos e emoções negativas e, devem ter noção de que existe uma relação interpessoal marcada pela estabilidade, preocupação afetiva e continuação num futuro previsível (Baumeister & Leary, 1995). Desta forma, esta necessidade de pertença parece ser universal (Baumeister & Leary, 1995; Leary & Baumeister, 2000).

A satisfação adequada desta necessidade leva ao bem-estar físico, mental, comportamental e emocional (Maslow, 1968). A literatura sugere que ser aceite e incluído proporciona uma variedade de emoções positivas, como a felicidade, euforia e contentamento, enquanto ser rejeitado, excluído ou ignorado leva a um aumento de emoções negativas, como ansiedade, depressão, ciúme e solidão (Baumeister & Leary, 1995). Assim, com receio de serem excluídos, rejeitados e ignorados, muitas vezes, os indivíduos conformam-se, obedecem, melhoram a sua aparência e criam as suas impressões em relação aos outros de forma a serem incluídos e a sentirem que pertencem ao grupo (Baumeister & Leary, 1995).

Neste sentido, uma forma de não satisfação da necessidade de pertença é a exclusão social, que é definida como o ato de ser excluído, deixado sozinho ou isolado, que por vezes é acompanhada por declarações explícitas de desagrado (Twenge, Baumeister, Tice & Stucke, 2001). Williams, Forgas e Hippel (2005) referem-se à exclusão social como o facto de não ser incluído dentro de uma determinada rede social. Esta ameaça à necessidade de pertença tem sido considerada uma forma de dor social, a qual remete para uma experiência afetiva causada pela perceção de uma separação social (Eisenberger, 2010). De acordo com Riva e Andrighetto

(2012), a dor social é definida como uma reação emocional associada ao facto de ser humilhado, ostracizado, excluído ou isolado.

A literatura tem demonstrado que a dor social e a dor física conduzem a respostas psicológicas comuns, como a diminuição da satisfação das necessidades humanas básicas (pertença, autoestima, controlo e vida com significado; Leary, Twenge & Quinlivan, 2006; Riva, Wirth & Williams, 2011; Williams, 2007), podendo os efeitos da dor social persistir mais que os da dor física (Chen, Williams, Fitness & Newton, 2008). Em vários estudos tem sido demonstrada a importância dessas necessidades básicas para a motivação, eficácia e sobrevivência humana (Williams, Cheung & Choi, 2000). No entanto, a exclusão social priva as vítimas do seu sentido de pertença, uma vez que não é meramente discordar com as vítimas e apontar os seus defeitos, é uma negação ativa de estar relacionado com as mesmas. É também uma ameaça ao sentimento de autoestima, pois parece conter uma acusação implícita de que a vítima fez algo de errado. Além disso, a autoestima pode diminuir, uma vez que pelo menos uma parte da mesma é determinada pela inclusão social (Leary, Haupt, Strausser & Chokel, 1998). Acresce ainda o facto de ser uma ameaça à perceção de controlo das vítimas, uma vez que o sentimento de controlo é perdido aquando da interação com o agressor, pois a vítima perde a capacidade de reagir perante a situação. Por último, a exclusão social pode ainda ser uma ameaça para a necessidade de vida com significado ao relembrar as vítimas da fragilidade das suas vidas (Williams, Cheung & Choi, 2000). Os indivíduos excluídos referem uma sensação de invisibilidade e insignificância e, que a sua existência nem sequer é reconhecida (Case & Williams, 2004; Williams, 2007).

De acordo com McDougall, Hymel, Vaillancourt e Mercer (2001), a dor social está associada à agressão, na medida em que as pessoas agressivas tendem a ter uma história de rejeição (Coie, Dodge & Kupersmidt, 1990) e as pessoas tendem a atacar outros quando se sentem rejeitadas (Asher, Rose & Gabriel, 2001; Dodge, Coie & Brakke, 1982). Além disso, o sentimento de ser ignorado pela sociedade, colegas e membros da família tem sido positivamente relacionado com uma menor satisfação com a vida (Madey & Williams, 1999 citados por Williams, Cheung & Choi, 2000). A literatura tem mostrado ainda um conjunto de possíveis reações à exclusão social, como por exemplo a depressão, solidão, ansiedade, frustração, mágoa, tristeza e o sentir-se invisível e inútil (Geller, Goodstein, Stilver & Sternberg, 1974; Leary, 1990; Twenge, Baumeister, Tice & Stucke, 2001; Williams & Sommer, 1997). As pessoas excluídas ou rejeitadas tornam-se ainda mais autodestrutivas, menos cooperativas e úteis (Twenge, Catanese & Baumeister, 2003) e apresentam sinais de dor, *stress*, raiva e medo (Williams, 2001, 2007).

1.2. A Necessidade de Justiça e a Injustiça

1.2.1. A Teoria da Crença no Mundo Justo

Outra necessidade que apresenta grande importância na vida das pessoas é a de justiça. Esta necessidade pode ser compreendida através da Teoria da Crença no Mundo Justo. Esta Crença no Mundo Justo considera que as pessoas têm necessidade de acreditar que o mundo é justo, onde cada um tem aquilo que merece (Lerner, 1980), ou seja, as pessoas tendem a acreditar que «as coisas más acontecem a pessoas más» (Lerner, 1998) e que as pessoas boas tendem a ser recompensadas (Lerner, 1987). De acordo com Lerner e Simmons (1966), acreditar num mundo justo é uma necessidade humana.

O grau em que cada indivíduo acredita no mundo justo é um indicador da motivação para a justiça, ou seja, quanto mais a pessoa acredita que o mundo é justo, maior é o seu esforço para alcançar os seus objetivos por meios justos (Dalbert, 1999). Além disso, a Crença no Mundo Justo é percebida como uma "ilusão positiva", que encoraja as pessoas a dar sentido à forma como veem o mundo (Dalbert, 1999) e essencial para o desenvolvimento humano, na medida em que influencia a perceção dos acontecimentos, orienta interações sociais e permite lidar melhor com situações de injustiça (Dalbert, 1998). Esta crença tem ainda um carácter funcional e adaptativo, pois contribui para o bem-estar e saúde mental, ajudando as pessoas a compreender as injustiças das quais são alvo (Hafer & Olson, 1989) e a gerir acontecimentos stressantes da sua vida (Dalbert, 2002).

De acordo com Dalbert (2001), a Crença no Mundo Justo apresenta três importantes funções: transmite confiança às pessoas de que serão tratadas de forma justa pelos outros, o que permite investir no futuro; possibilita às pessoas ver o mundo com sentido e, por isso, permitelhes que encontrem significado para os eventos da sua vida; e é indicativo da obrigação pessoal de se comportar de forma justa. Mais especificamente, a primeira função permite às pessoas terem confiança de que serão tratadas de forma justa ao longo da sua vida e protege-as da ameaça de poderem sofrer algum acontecimento imprevisível (Dalbert, 2002). Indivíduos com forte crença no mundo justo mostram ter mais confiança nos outros (Zuckerman & Gerbasi, 1977) e esperam que os seus investimentos sejam justamente recompensados no futuro. A segunda função refere-se ao facto de esta crença fornecer um quadro conceptual através do qual é possível às pessoas interpretarem os eventos da sua vida de forma significativa. Esta função favorece uma melhor assimilação das injustiças (Hafer & Oslon, 1989). Quando confrontados com uma situação de injustiça, os indivíduos com elevada crença no mundo justo tentam restaurar a injustiça, quer agindo através de comportamentos sobre a situação, quer recorrendo a mecanismos cognitivos que possam restabelecer a justiça psicologicamente (Dalbert, 2002).

Esta crença aumenta os sentimentos de controlo e competência dos indivíduos, o que torna possível que tenham uma perspetiva positiva do seu futuro e vejam o seu passado de forma positiva (Lipkus & Siegler, 1993). Por fim, a última função da Crença no Mundo Justo permite que as pessoas ajam de forma justa com os outros (Hafer, 2000). As pessoas com forte crença no mundo justo são altamente motivadas a atingir os seus objetivos através de meios justos, o que por sua vez lhes assegura que serão justamente recompensadas (Hafer, 2000). No estudo de Otto e Dalbert (2005), com jovens prisioneiros, verificou-se que os indivíduos com maior crença no mundo justo apresentam menos comportamentos desviantes. A Crença no Mundo Justo é vista como indicador de um contrato pessoal (Lerner, 1980), na medida em que obriga o indivíduo a comportar-se de forma justa (Dalbert, 2009). Desta forma, os indivíduos com uma forte crença no mundo justo tendem a ajudar mais as pessoas com dificuldades (Bierhoff, Klein & Kramp, 1991), pelo menos enquanto as vítimas são vistas como inocentes (DePalma, Madey, Tillman & Wheeler, 1999).

Assim, é possível concluir que a Crença no Mundo Justo serve como um "escudo protetor" do *stress* e da saúde mental, sustenta o sentimento de ser tratado de forma justa pelos outros, e portanto, ajuda os indivíduos a ganhar confiança noutras pessoas e na sociedade, permite investir em objetivos de longo prazo e, fornece um quadro concetual que ajuda a interpretar os acontecimentos da vida e encontrar sentido na vida (Lerner, 1977). Além disso, as ações motivadas pela justiça levam a resultados positivos, como a melhoria da autoestima e são fundamentais para a manutenção do bem-estar psicológico (Dalbert, 2001).

1.2.2. Tipos de Injustiça e a ameaça à Crença no Mundo Justo

A literatura tem evidenciado três tipos de justiça: Justiça Procedimental, Justiça Distributiva e Justiça Interacional. A Justiça Procedimental é determinada pela distribuição de controlo entre as partes e quem decide (Thibaut & Walker, 1975). Têm sido referidos dois tipos de controlo para a definição deste tipo de justiça: o controlo de processo, i.e., o controlo direto que o individuo detém sobre o processo de tomada de decisão e, o controlo da decisão, i.e., o controlo direto sobre os resultados da tomada de decisão (Thibaut & Walker, 1975). Segundo Thibaut e Walker, (1975), ter algum controlo sobre os procedimentos (ou voz) faz com que os próprios resultados pareçam mais justos e sejam melhor aceites, mesmo quando não são favoráveis. Por sua vez, a Justiça Distributiva refere-se à perceção da proporcionalidade entre as contribuições e os resultados individuais em comparação com as contribuições e resultados de um outro relevante (Adams, 1965). Esta forma de justiça tem por base a teoria da equidade (Adams, 1965). Quando as contribuições e resultados individuais são iguais às contribuições e

resultados do outro, existe perceção de equidade, com a consequente satisfação dos atores envolvidos. Quando o individuo recebe rácios superiores aos outros, tende a experienciar sentimentos de culpa, e quando recebe rácios inferiores tende a desenvolver um sentimento de raiva. Por fim, a Justiça Interacional representa a sensibilidade do individuo à qualidade de tratamento interpessoal (Bies & Moag, 1986). Esta dimensão da justiça subdivide-se em dois tipos: a Justiça Interpessoal, que tem a ver com o respeito e tratamento digno do indivíduo; e a Justiça Informacional, que diz respeito à transmissão da informação e justificação dos processos utilizados (Greenberg, 1990). Esta forma de justiça inclui um relacionamento honesto e verdadeiro, o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas e a justificação das decisões tomadas (Bies & Moag, 1986).

No entanto, todos já verificámos que nem sempre somos tratados de forma justa nos mais variados contextos. As experiências de injustiça na vida quotidiana usualmente referidas envolvem de alguma forma um tratamento desrespeitoso (Mikula, 1986). Por exemplo, no estudo de Mikula (1986), em que era pedido a estudantes universitários que descrevessem experiências de injustiça na vida quotidiana, as três respostas mais frequentemente mencionadas foram: a acusação e a culpa injustificada; classificação injusta ou o não reconhecimento pelo desempenho e esforço; e as violações de promessas e acordos. Já em contexto organizacional, os acontecimentos de injustiça mencionados têm a ver com a traição por colegas de trabalho (Bies, 1993), o não cumprimento dos códigos de conduta (Aram & Salipante, 1981) e a humilhação e acusação por parte dos superiores (Bies & Tripp, 1996).

É nestas situações de injustiça que a motivação para proteger a sua crença de que o mundo é justo fica ameaçada. Perante estas situações, verifica-se que existe um aumento de emoções negativas, tais como desapontamento, raiva, tristeza, hostilidade e inveja (Mikula, Scherer & Athenstaedt, 1998) e que se relacionam com comportamentos agressivos (Baron, Neuman & Geddes, 1999) e negativos (Clayton, 1992). Além disso, a perceção de injustiça pode levar a efeitos indesejáveis, como a diminuição da autoestima (Smith, Tyler, Huo, Ortiz & Lind, 1998) e a depressão (Hafer & Olson, 1993). Em contexto organizacional, a perceção de injustiça pode conduzir à insatisfação, a um pior desempenho e menos comportamentos extra papel (Rego, 1999), podendo ainda aumentar o absentismo, na medida em que pode afetar a saúde física e psicológica dos trabalhadores (Markovsky, 1991).

Embora não tenha sido feito um estudo sistemático para verificar se a necessidade de justiça influencia as necessidades humanas básicas (pertença, autoestima, controlo e vida com significado), a literatura parece dar a entender que sim. Por um lado, quando os indivíduos percecionam justiça nos processos de tomada de decisão, sentem-se orgulhosos e respeitados

pelo grupo e, por isso, incluídos no mesmo, promovendo assim o seu sentimento de pertença (Lind & Tyler, 1988). Além disso, estes sentimentos de orgulho e respeito em relação aos membros do grupo contribuem para o aumento da autoestima (Tyler, Degoey & Smith, 1996). Por outro lado, quando confrontados com uma situação de injustiça, os indivíduos tendem a fazer atribuições internas de forma a proteger a Crença no Mundo Justo e aumentar o sentimento de controlo sobre eventos futuros da vida (Dzuka & Dalbert, 2002), de forma a obterem uma perspetiva positiva acerca do seu futuro. Por fim, a justiça permite ainda às pessoas interpretar os acontecimentos da vida de forma significativa e encontrar sentido na vida (Dalbert, 2001). Neste sentido, uma situação de injustiça poderá diminuir a satisfação destas necessidades humanas, ameaçando o sentimento de pertença, de autoestima e de controlo dos indivíduos, dificultando ainda a procura de significado para a sua vida.

1.3. Uma possível relação entre a Necessidade de Pertença e a Necessidade de Justiça

Mikula, Petri e Tanzer (1990) verificaram que uma proporção considerável de injustiças que são mencionadas refere-se à forma pela qual as pessoas são tratadas em interações e encontros interpessoais. Além disso, a opinião das pessoas acerca daquilo que é justo é um facilitador social, pois é através desta que a interação entre pessoas e grupos é ativada (Tyler, 2000).

Neste sentido, uma forma de relacionar estas duas necessidades, de pertença e de justiça, parece ser o Modelo do Valor do Grupo (Lind & Tyler, 1988) que destaca os efeitos da informação associados à pertença a grupos. O pressuposto deste modelo tem por base a Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1986), a qual afirma que os indivíduos usam os grupos como fonte de informação sobre si próprios para a sua autodefinição e autoestima. Assim, tendo em conta esta teoria, o Modelo do Valor do Grupo sugere que os procedimentos são avaliados pelas suas consequências para o valor do grupo e pela informação que podem transmitir acerca da forma como o indivíduo é visto pelo grupo (Lind & Tyler, 1988), nomeadamente o grau em que indivíduos são membros respeitados pelos elementos do seu grupo e o grau em que se sentem orgulhosos do mesmo. Desta forma, sugere que a forma como os indivíduos são tratados pela autoridade fornece-lhes informação relevante acerca da sua identidade (Tyler, 1989). Além disso, de acordo com este modelo, as relações afetivas dentro e entre grupos e as construções cognitivas com respeito a essas relações são determinantes das atitudes e comportamentos (Lind & Tyler, 1988).

Quando são tratados justamente pelas autoridades do grupo, os membros sentem-se mais respeitados e mais orgulhosos do seu grupo, conformando-se mais com as normas grupais, ajudam mais o grupo, mostram-se mais motivados para permanecer no mesmo e envolvem-se mais em comportamentos extra-papel (Tyler, Degoey & Smith, 1996). Assim, o facto de o indivíduo ser tratado com dignidade e respeito promove um sentimento de pertença e, por sua vez, um sentimento de valorização no grupo (Lind & Tyler, 1988). Além disso, os procedimentos justos parecem encorajar a cooperação voluntária com o grupo, uma vez que esses procedimentos levam a um sentimento de identificação, lealdade e compromisso para com o grupo (Taylor, Tracy, Renard, Harrison & Carroll, 1995). A justiça permite ainda que as pessoas e grupos tenham oportunidade de interagir sem conflitos e discriminação social, ou seja, a justiça social diminui os conflitos e hostilidades, contribuindo ainda para a continuação de interações produtivas entre as pessoas (Tyler, 2000).

Assim, de acordo com este Modelo do Valor do Grupo podemos olhar para estas duas necessidades, de pertença e justiça, como interligadas, na medida em que um tratamento digno, respeitoso e justo por parte dos elementos do grupo proporciona o desenvolvimento de interações positivas entre as pessoas e leva os indivíduos a sentirem-se orgulhosos e comprometidos com o grupo, e portanto incluídos no mesmo (sentimento de pertença).

1.4. A Categorização Social e a Infra-humanização

A forma como as pessoas respondem ao seu ambiente social depende do facto de as pessoas se considerarem como um membro de um grupo comum ou partilharem uma identidade social com os outros (Mackie, Gastardo-Conaco & Skelly, 1992). Assim, a forma como as pessoas categorizam os outros, como membros do mesmo grupo (endogrupo) ou de outro grupo (exogrupo), tem um grande impacto na cognição, sentimentos e comportamentos dos indivíduos (Tajfel & Turner, 1979). Esta distinção endogrupo-exogrupo leva, geralmente, a uma avaliação e um tratamento mais favorável do endogrupo em comparação com o exogrupo, que muitas vezes é percebido e avaliado de forma negativa (Hewstone, Rubin & Willis, 2002). Gostamos de nos sentir valorizados e respeitados pelos membros do grupo que seja significativo para nós, mas isso pode levar-nos a ser indiferentes ou mesmo a criar conflitos quando estamos próximos do exogrupo (Ellemers, Doosje & Spears, 2004).

De acordo com Leyens *et al.* (2000), a atribuição diferenciada de emoções primárias a membros do exogrupo e de emoções secundárias (sentimentos) a membros do endogrupo pode ser um indicador de infra-humanização. Segundo estes autores, as emoções primárias são as características que são partilhadas pelos seres humanos e animais (e.g. raiva, medo, surpresa e

prazer), enquanto as emoções secundárias são unicamente humanas e envolvem reflexões morais, cognições e sensibilidade (e.g. amor, resignação, esperança e arrependimento).

De forma a verificar esta diferença na atribuição de emoções primárias e secundárias aos grupos sociais, Leyens, Rodriguez, Rodriguez, Gaunt, Paladino, Vaes, e Demoulin (2001) realizaram um estudo com estudantes universitários das Ilhas Canárias, Madrid e Barcelona. Os resultados demonstraram que todos os grupos indicavam mais emoções secundárias para o seu grupo do que para o outro grupo. No mesmo estudo, Leyens, et al. (2001) apresentaram aos participantes uma lista com emoções primárias e secundárias, positivas e negativas. Os participantes deveriam selecionar as características que consideravam ser mais típicas do endogrupo ou do exogrupo. Os resultados indicaram, mais uma vez, que as pessoas atribuem mais emoções secundárias ao endogrupo do que ao exogrupo, sendo este efeito obtido tanto para as emoções positivas como para as negativas. Viki, Winchester, Titshall, Chisango, Pina e Russel (2006) realizaram um conjunto de estudos em que utilizavam uma lista de palavras relacionadas com os seres humanos e animais. A tarefa dos participantes consistia em selecionar dessa lista de palavras, aquelas que consideravam que melhor caracterizariam o endogrupo ou exogrupo. Os resultados mostraram que os participantes estavam mais dispostos a associar palavras relacionadas com os seres humanos ao endogrupo do que ao exogrupo, independentemente da valência das palavras. Todos os resultados dos diferentes estudos sugerem que os efeitos obtidos não foram devidos ao favoritismo do endogrupo, mas sim à infra-humanização do exogrupo (Leyens et al., 2001).

Em suma, o fenómeno de infra-humanização apresenta dois aspetos fundamentais. Por um lado, estabelece que a natureza humana é uma dimensão básica para diferenciar grupos e que é independente da valência, pois aos membros do exogrupo são atribuídas menos emoções tanto positivas como negativas. Por outro lado, este fenómeno de infra-humanização não necessita da existência de um conflito intergrupal significativo (Haslam, Laughnan, Kashima & Bain, 2008). Além disso, este fenómeno está relacionado com a negação, em maior ou menor grau, de determinadas características que compõem a "essência humana" aos membros do exogrupo, sendo essas características os valores (Schwartz & Struch, 1989), a cultura (Moscovici & Pérez, 1999), a linguagem, a inteligência e a capacidade de expressar sentimentos (Leyens, et al, 2000).

1.5. A Infra-humanização e a perceção das consequências da não satisfação das Necessidades de Pertença e Justiça

A literatura tem ainda demonstrado que a categorização social influencia a nossa avaliação e perceção dos outros (e.g. Deaux, Reid, Mizrahi & Ethier, 1995). A observação de alguém a ser ignorado ou excluído, leva, em maior ou menor grau, o observador a sentir emoções negativas e angústia psicológica (Wesselmann, Bagg & Williams, 2009). No seu estudo, Meyer *et al.* (2013) verificaram que existe uma ativação das áreas cerebrais associadas com a experiência de exclusão social aquando da observação de uma situação de exclusão social de amigos em comparação com a exclusão social de um estranho. Os observadores tendem a subestimar a dor ou detetá-la de uma forma enviesada, quando aquele que sofre é socialmente distante, como uma pessoa de uma cultura, país, grupo político ou etnia diferente (Batson & Ahmad, 2009; Cikara, Bruneau & Saxe, 2011).

Riva e Andrighetto (2012) realizaram um estudo com 89 estudantes universitários, em que lhes era apresentada uma série de acontecimentos dolorosos em relação a um alvo do endogrupo (Italiano) ou do exogrupo (Chinês ou Equatoriano). Os eventos eram relacionados com situações de dor social (e.g. ser excluído do seu grupo de amigos; ser humilhado em frente dos seus colegas; o fim de relacionamento com a sua namorada) e com situações de dor física (e.g. levar um estalo na cara; ser privado de comida e água durante dois dias; ser atingido na cabeça). A tarefa dos participantes consistia então em indicar o nível de dor que cada evento causava ao alvo. Os resultados demonstraram que a dor social foi percebida como mais dolorosa que a dor física e que parece ser menos saliente quando a vítima pertence ao exogrupo do que quando pertence ao endogrupo, pois os participantes tendem a subestimar a dor social sentida pelos outros psicologicamente distantes, neste caso de uma cultura diferente.

Relativamente à justiça, segundo Lerner e Miller (1978), as pessoas preocupam-se sobretudo com o seu próprio mundo, com o ambiente onde vivem e funcionam. Assistir e reconhecer injustiças noutros ambientes não tende a ameaçar a crença no mundo justo das pessoas, uma vez que esses acontecimentos demonstram ter pouca relevância para os seus próprios destinos. Assim, quanto mais próximos se tornam estes acontecimentos do seu mundo, maior será a preocupação com a justiça, bem como a necessidade de explicar e dar sentido a estes acontecimentos. Ou seja, uma vítima do "nosso mundo" tende a ser uma maior ameaça do que uma vítima que se encontra fora desse mundo (Lerner, 1980). De acordo com Lerner (1980), os indivíduos utilizam uma estratégia para conviverem com a injustiça e, simultaneamente, manterem a sua crença, que consiste na perceção de que a injustiça é algo inevitável para determinados indivíduos ou grupos. Existe ainda a tendência das pessoas se

considerarem diferentes daqueles que foram vítimas de um infortúnio, mesmo que nada tenham feito para isso (Novak & Lerner, 1968).

Lerner (1980) demonstrou que as vítimas são consideradas como uma maior ameaça à Crença no Mundo Justo quando são vistas como mais semelhantes ao observador ou com as quais se podem relacionar. Seguindo a mesma linha, alguns estudos (e.g. Aguiar, Vala, Correia & Pereira, 2008; Correia, Vala & Aguiar, 2007) têm revelado que as pessoas demonstram maior preocupação com a justiça quando a vítima do infortúnio pertence ao endogrupo, sugerindo assim que uma situação de injustiça não é tão ameaçadora quando acontece a um dos outros (Lerner & Goldberg, 1999). Os resultados destes estudos mostram ainda que, por vezes, as pessoas desumanizam as vítimas do exogrupo, uma vez que são indiferentes ao seu sofrimento e necessidades (Aguiar, Vala, Correia & Pereira, 2008).

Seguindo esta linha de estudos, a exclusão social e a injustiça podem ser consideradas como uma marca da humanidade e por isso, serem mais típicas dos membros do endogrupo, sendo então esta a hipótese a testar no presente estudo.

II. O PRESENTE ESTUDO

O presente estudo tem por base o estudo realizado por Riva e Andrighetto (2012), o qual procurou verificar se as pessoas têm tendência a negar a capacidade de experienciarem dor social aos membros do exogrupo. Os resultados do mesmo mostraram que a dor social é considerada uma marca da humanidade e, portanto, mais típica do endogrupo, pois as pessoas tendem a atribuir um estatuto humano privilegiado a si e aos membros do seu grupo (Leyens *et al.*, 2000).

Neste sentido, considerando a exclusão social e a injustiça como marcas da humanidade, este estudo procura compreender se a categorização social do alvo da exclusão social e da injustiça influencia a perceção dos efeitos das mesmas no alvo. Espera-se então que os efeitos da injustiça e exclusão social no alvo sejam considerados mais negativos quando este pertence ao endogrupo do que quando pertence ao exogrupo, ou seja, espera-se que se considere a exclusão social e a injustiça como marcas de humanidade e por isso, o alvo do exogrupo seja infra-humanizado. No mesmo sentido, espera-se que sejam associadas mais emoções positivas ao alvo do endogrupo em comparação com o exogrupo, nas situações de pertença e justiça.

Além disso, considerando a exclusão social e a injustiça como ameaças às necessidades de pertença e de justiça respetivamente, espera-se que a injustiça seja percebida como tendo os mesmos efeitos da exclusão social no alvo. Ou seja, espera-se que ambas representem uma ameaça às necessidades humanas básicas (pertença, autoestima, controlo e vida com significado) e conduzam a um aumento de emoções negativas (raiva, tristeza e mágoa) do alvo.

Desta forma, o presente estudo apresenta as seguintes hipóteses:

H1: Quando as necessidades de pertença e de justiça não são satisfeitas (exclusão social e injustiça), os participantes percecionam que ambas levam à diminuição da satisfação das necessidades básicas e a um aumento de emoções negativas do alvo em comparação com situações em que ambas as necessidades são satisfeitas.

H2: Quando a necessidade de pertença e a necessidade de justiça não são satisfeitas (exclusão social e injustiça), os participantes percecionam que os alvos do endogrupo apresentam um maior sofrimento, i.e., menor satisfação das necessidades básicas e mais emoções negativas, do que os alvos do exogrupo.

H3: Quando a necessidade de pertença e a necessidade de justiça são satisfeitas, os participantes percecionam que os alvos do endogrupo apresentam uma maior satisfação das necessidades básicas e mais emoções positivas do que os alvos do exogrupo.

III. MÉTODO

3.1. Participantes

Participaram no presente estudo 62 estudantes do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. As idades dos participantes variavam entre 18 e 26 anos (M = 21.29; DP=1.63), sendo 66.1% (n = 41) dos participantes do sexo masculino e 33.9% (n = 21) do sexo feminino. Relativamente ao curso, 30.6% dos estudantes eram de Psicologia, 27.4% de Engenharia Informática, 17.7% de Informática e Gestão de empresas, 14.5% de Engenharia de Telecomunicações e Informática, 4.8% de Finanças e Contabilidade e 4.8% de Gestão.

3.2. Design e Variáveis Independentes

Este estudo é um estudo experimental 2 (tipo de necessidade: pertença; justiça) x 2 (satisfação da necessidade: satisfeita; não satisfeita) x 2 (categorização social do alvo: endogrupo; exogrupo), sendo o primeiro fator intrasujeitos e os dois últimos fatores intersujeitos.

A manipulação da necessidade de pertença e o cenário de justiça foram construídas para este estudo e o cenário de injustiça teve por base a manipulação de Pirralho (2011). As manipulações das necessidades consistiam na apresentação de uma história que narrava situações de (in)justiça e de exclusão/aceitação social, vivenciadas por um estudante universitário. A ordem das histórias foi contrabalançada, uma vez que foi aleatorizada pelas diferentes condições.

A manipulação da necessidade de pertença foi operacionalizada através da exclusão/aceitação social de um estudante universitário pelos seus colegas. Os participantes na condição necessidade de pertença satisfeita liam "Um estudante é popular na sua turma e na sua faculdade. Tem muitos amigos e muitas oportunidades para a interação social. A maioria dos seus colegas procura-o, mostrando o seu gosto por estar com ele e agindo como se, de um modo geral, valorizassem quase tudo o que ele diz e faz. Frequentemente, é elogiado pelos seus colegas e sente-se admirado pelos outros. Quando um professor lhe pergunta o que o aluno sente acerca da sua popularidade, ele responde: 'Sabe bem, realmente bem'." Já na condição de necessidade de pertença não satisfeita, os participantes liam "Um estudante não é popular na sua turma nem na sua faculdade. Tem poucos amigos e poucas oportunidades para a interação social. A maioria dos seus colegas evita-o, mostrando a sua repulsa e agindo como se em tudo o que tocasse estivesse contaminado com germes. Frequentemente, é humilhado em frente aos

seus colegas e sente-se como sendo uma 'piada' para os outros. Quando um professor lhe pergunta o que o aluno sente acerca dos insultos, ele responde 'Dói, realmente dói'."

A necessidade de justiça foi manipulada através da descrição acerca de diferentes aspetos do processo de tomada de decisão e da comparação entre o esforço e resultados do aluno e o empenho e resultados obtidos pelo outro colega. Os participantes na condição de necessidade de justiça satisfeita liam "Um aluno para terminar a licenciatura falta-lhe apenas uma U.C. Devido a esse facto, esforça-se imenso, conseguindo obter resultados bastante bons nos trabalhos de grupo. Mais tarde realiza o exame final, para o qual também se esforça bastante, abdicando totalmente das festas da sua queima das fitas. Porém quando recebe a nota do exame apercebe-se que este foi anulado. Bastante preocupado vai pedir esclarecimentos ao professor e este diz-lhe simplesmente que o seu teste foi anulado, tal como foi o teste do seu colega X, porque ambos os testes eram iguais, o que pressupõe que ambos copiaram um pelo outro. Ele tenta explicar ao professor que jamais copiou pelo colega, demonstrando que sabia a matéria. O professor convoca uma reunião conjunta entre os 2 alunos e o colega que copiou confessa a sua culpa, decidindo o professor anular apenas o teste ao colega. Deste modo o aluno, protagonista desta história, conseguiu evitar a reprovação e ter a nota que merecia, podendo terminar a sua licenciatura nesse ano.". Os participantes na condição de necessidade de justiça não satisfeita liam "Um aluno para terminar a Licenciatura falta-lhe apenas uma U.C. Devido a esse facto, esforça-se imenso, conseguindo obter resultados bastante bons nos trabalhos de grupo. Mais tarde realiza o exame final, para o qual também se esforça bastante, abdicando totalmente das festas da sua queima das fitas. Porém quando recebe a nota do exame apercebese que este foi anulado. Bastante preocupado vai pedir esclarecimentos ao professor e este dizlhe simplesmente que o seu teste foi anulado, tal como foi o teste do seu colega X, porque ambos os testes eram iguais, o que pressupõe que copiaram um pelo outro. Ele tenta explicar ao professor que jamais copiou pelo colega, demonstrando que sabia a matéria. O professor dizlhe que é difícil perceber quem tinha copiado e que a melhor decisão era mesmo a anulação do teste. Posteriormente, o aluno vai falar com o colega e pede-lhe para que ele o ajude a esclarecer a situação, porque precisa mesmo desta cadeira para terminar a Licenciatura. O colega admite que copiou e diz-lhe que não vai admitir a sua culpa perante o professor porque pretende fazer a U.C. no ano seguinte e não quer que a sua imagem fique manchada. Deste modo o aluno, protagonista desta história não consegue evitar a reprovação e ter a nota que mereceria, mesmo depois de ter exposto esta situação ao conselho pedagógico, pois não consegue provar a sua inocência. O teste fica anulado e o aluno não pode terminar a sua licenciatura nesse ano.".

3.3. Variáveis Dependentes

Para cada um dos cenários apresentados, os participantes respondiam ao Need-Threat Scale (Williams, 2009), que avaliava: a necessidade de pertença (α = .90) composta por 4 itens, "Sente-se rejeitado", "Sente-se como se não fizesse parte", Sente que pertence ao grupo" e "Sente que os outros interagem consigo"; a necessidade de vida com significado (α = .91) constituída por 5 itens, "Sente-se invisível", "Sente-se inexpressivo", "Sente-se útil", Sente-se inexistente" e "Sente-se importante"; a necessidade de controlo (α = .94) composta por 5 itens, "Sente que tem controlo", "Sente-se poderoso", "É capaz de alterar significativamente os acontecimentos", "Sente que é capaz de influenciar os outros" e "Sente que os outros decidem tudo"; e por fim, a necessidade de autoestima (α = .94) medida por 5 itens, "Sente-se bem consigo mesmo", "Sente que gostam de si", "A sua autoestima estava alta", "Sente-se inseguro" e "Sente-se satisfeito". Os participantes respondiam numa escala que variava entre 1 (Nada) e 5 (Muitíssimo).

Além disso, era avaliado como o modo como o protagonista se sentia naquela situação, ao medir-se 5 emoções: raiva (irritado, zangado e com raiva; α = .96), felicidade (feliz e alegre; α = .95), mágoa (magoado e ofendido; α = .90), tristeza (triste) e medo. As repostas foram medidas através de uma escala que variava entre 1 (Nada) e 5 (Muitíssimo). Como forma de avaliar a manipulação do tipo de necessidade e satisfação da necessidade, era ainda questionado aos participantes qual a intensidade do sofrimento ("Quanto sofrimento o protagonista sentiu?") e injustiça ("Quanta injustiça o protagonista sentiu?") sentida pelo protagonista em cada uma das situações, respondendo numa escala que variava entre 1 (Nada) e 5 (Muitíssimo).

3.4. Procedimento

Os participantes foram convidados a participar num estudo que se dizia compreender a forma com um estudante se sentia em diferentes situações da sua vida universitária. Os participantes foram distribuídos aleatoriamente por uma das quatro condições, de satisfação da necessidade (satisfeita ou não satisfeita) e categorização social do alvo (endogrupo ou exogrupo). Nas diferentes condições, a cada participante foi-lhe apresentado dois cenários que narravam uma situação vivenciada por um estudante universitário, uma em relação à necessidade de pertença e outra relativa à necessidade de justiça. Foi solicitado aos participantes que imaginassem como esse estudante se sentiria nas situações apresentadas.

Por fim, todos os participantes responderam a um questionário que avaliava o nível de satisfação das necessidades básicas, as emoções e a intensidade de sofrimento e injustiça sentida pelo protagonista da história. Além disso, respondiam às medidas de verificação da

manipulação da categorização do alvo ("Para si foi relevante pensar que o estudante das duas situações era aluno do ISCTE-IUL? Se não fosse aluno do ISCTE-IUL seria diferente?"; Para si foi relevante pensar que o estudante das duas situações era aluno de outra universidade, que não o ISCTE-IUL? Se fosse aluno do ISCTE-IUL seria diferente?"). Ao longo de todo o estudo, foi garantido o anonimato das respostas.

IV. RESULTADOS

Em relação a cada uma das variáveis dependentes foi realizada uma ANOVA 2 (tipo de necessidade: pertença; justiça) x 2 (satisfação da necessidade: satisfeita; não satisfeita) x 2 (categorização social do alvo: endogrupo; exogrupo), com o primeiro fator intrasujeitos e os dois últimos fatores intersujeitos.

Relativamente à variável pertença, os resultados revelaram um efeito de interação entre o tipo de necessidade e a satisfação da necessidade, F (1,58) = 73.01, p < 0.001 (Quadro 1). Os testes Post-Hoc de Tukey HSD (p< 0.05) mostraram que os participantes consideram que o estudante sente um maior nível de pertença quando está perante uma situação onde a necessidade é a pertença (M = 4.41) do que numa situação onde a necessidade é a justiça (M = 3.42), mas quando está numa situação onde as necessidades não são satisfeitas, o nível de pertença do alvo é inferior quando se encontra numa situação onde a necessidade não satisfeita é a pertença (M = 1.77) do que quando está numa situação onde a necessidade não satisfeita é a justiça (M = 2.64).

Além disso, comparando as situações onde as necessidades são satisfeitas e não são satisfeitas, verifica-se uma diferença superior no nível de pertença quando considerada a necessidade de pertença (Necessidade satisfeita: M = 4.41; Necessidade não satisfeita: M = 1.77) em comparação com a necessidade de justiça (Necessidade satisfeita: M = 3.42; Necessidade não satisfeita: M = 2.64).

Quadro 1: Médias e desvios-padrão do nível de pertença em função do tipo de necessidade e satisfação da necessidade

	Satisfação da necessidade	
Γipo de necessidade	Satisfeita	Não satisfeita
Pertença	4.41 (0.16) _a	1.77 (0.16) _c
Justiça	3.42 (0.14) _b	2.64 (0.14) _d

Nota. Os valores com diferentes letras são significativamente diferentes quando p <0.05. Os desvios padrão encontram-se entre parênteses.

Em relação à variável controlo, a ANOVA mostrou um efeito principal do tipo de necessidade, F(1,58) = 11.52, p < 0.001, indicando que o nível de controlo percebido é superior quando o tipo de necessidade é a pertença (M = 2.85; DP = 0.10) do que numa situação onde o tipo de necessidade é a justiça (M = 2.50; DP = 0.11).

Além disso, verifica-se que existe um efeito de interação entre o tipo de necessidade e a satisfação da necessidade, F(1,58) = 12.51, p < 0.001 (Quadro 2). Os testes post hoc de Tukey HSD (p < 0.05) mostraram que os participantes consideram que o alvo é percebido como tendo um maior nível de controlo quando está numa situação onde a necessidade é a pertença (M = 3.86) do que numa situação onde a necessidade é a justiça (M = 3.16). No entanto, nas situações onde as necessidades não são satisfeitas não existem diferenças significativas na perceção de controlo entre as necessidades de pertença (M = 1.83) e a de justiça (M = 1.84).

Por outro lado, em ambas as necessidades verifica-se que existem diferenças significativas no nível de controlo quando comparadas as condições de necessidade satisfeita e de necessidade não satisfeita, ou seja, o nível de controlo é superior quando ambas as necessidades são satisfeitas.

Quadro 2: Médias e desvios-padrão do nível de controlo em função do tipo de necessidade e satisfação da necessidade

	Satisfação da necessidade	
Tipo de necessidade	Satisfeita	Não satisfeita
Pertença	3.86 (0.15) _a	1.83 (0.15) _c
Justiça	3.16 (0.16) _b	1.84 (0.16) _c

Nota. Os valores com diferentes letras são significativamente diferentes quando p <0.05. Os desvios padrão encontram-se entre parênteses.

Relativamente à autoestima, foi encontrado um efeito de interação entre o tipo de necessidade e a satisfação da necessidade, F(1,58) = 37.63, p < 0.001 (Quadro 3). Os testes post hoc de Tukey HSD (p < 0.05) revelam que os participantes percebem que o alvo tem um maior nível de autoestima numa situação em que a necessidade de pertença é satisfeita (M = 4.22) do que numa situação onde a necessidade de justiça é satisfeita (M = 3.58). No mesmo sentido os participantes percebem que o alvo tem um menor nível de autoestima numa situação onde a necessidade de pertença não é satisfeita (M = 1.64) do que numa situação onde a necessidade de justiça não é satisfeita (M = 2.30).

Do mesmo modo que na variável de pertença, verifica-se uma diferença superior do nível de autoestima entre as condições necessidade de pertença satisfeita (M=4.22) e necessidade de pertença não satisfeita (M=1.64), em comparação com as condições de necessidade de justiça satisfeita (M=3.58) e necessidade de justiça não satisfeita (M=2.30), ou seja, é a necessidade de pertença que parece exercer maior influência no nível de autoestima dos alvos.

Quadro 3: Médias e desvios-padrão do nível de autoestima em função do tipo de necessidade e satisfação da necessidade

	Satisfação da necessidade		
Tipo de necessidade	Satisfeita	Não satisfeita	
Pertença	4.22 (0.15) _a	1.64 (0.15) _c	
Justiça	3.58 (0.15) _b	$2.30(0.15)_{d}$	

Nota. Os valores com diferentes letras são significativamente diferentes quando p <0.05. Os desvios padrão encontram-se entre parênteses.

Quanto à variável vida com significado, os resultados mostram apenas um efeito principal do tipo de necessidade, F(1,58) = 44.31, p < 0.001. A partir dos resultados verifica-se que a perceção de que o alvo considera a sua vida com significado é superior em situações onde o tipo de necessidade é a justiça (M = 3.36) do que nas situações onde o tipo de necessidade é a pertença (M = 2.53).

Em relação à variável felicidade, a análise revelou um efeito de interação entre a categorização social da vítima e o tipo de necessidade, F(1,58) = 6.09, p = 0.02 (Quadro 4), e um efeito de interação triplo entre a categorização social da vítima, a satisfação da necessidade e o tipo de necessidade, F(1,58) = 9.57, p = 0.003 (Quadro 5).

Em relação à interação entre a categorização social do alvo e o tipo de necessidade, os testes post hoc de Tukey HSD (p <0.05) mostram que quando o alvo pertence ao endogrupo é percebido como sentindo-se mais feliz numa situação em que a necessidade é a pertença (M = 2.92) do que numa situação onde a necessidade é a justiça (M = 2.52). Quando a vítima é do exogrupo não existem diferenças significativas no nível de felicidade quando comparadas a situação onde a necessidade é a pertença (M = 2.81) e a situação em que a necessidade é a justiça (M = 2.94).

Quadro 4: Médias e desvios-padrão do nível de felicidade em função do tipo de necessidade e a categorização social do alvo

	Categorização social do alvo		
Tipo de necessidade	Endogrupo	Exogrupo	
Pertença	2.92 (0.15) _a	2.81 (0.15) _b	
Justiça	2.52 (0.17) _b	2.94 (0.17) _b	

Nota. Os valores com diferentes letras são significativamente diferentes quando p <0.05. Os desvios padrão encontram-se entre parênteses.

Este efeito pode ser melhor compreendido quando analisamos o efeito de interação triplo. Assim, no efeito de interação triplo entre a categorização social da vítima, a satisfação da necessidade e o tipo de necessidade, os testes post hoc de Tukey HSD (p <0.05) apontam que quando o alvo é do endogrupo é percebido como tendo um maior nível de felicidade numa situação em que a necessidade de pertença é satisfeita (M = 4.37) do que numa situação em que a necessidade de justiça é satisfeita (M = 3.43). Enquanto que quando o alvo é do exogrupo não existem diferenças na felicidade percebida entre as situações onde a necessidade é a pertença (M = 3.91) e onde a necessidade é a justiça (M = 4.16). Nas situações onde a necessidade não é satisfeita, não existem diferenças entre o tipo de necessidade quer quando a vítima é do endogrupo (pertença: M = 1.47; justiça: M = 1.60), quer quando a vítima é do exogrupo (pertença: M = 1.72; justiça: M = 1.72).

No entanto, a partir do quadro 5, verifica-se que numa situação onde a necessidade de justiça é satisfeita é o alvo do exogrupo que apresenta um maior nível de felicidade (M = 4.16) em comparação com o alvo do endogrupo (M = 3.43).

Quadro 5: Médias e desvios-padrão do nível de felicidade em função do tipo de necessidade, satisfação da necessidade e categorização social do alvo

		Categorização	ntegorização social do alvo	
Satisfação da necessidade	Tipo de necessidade	Endogrupo	Exogrupo	
C-4:-P-:4-	Pertença	4.37 (0.22) _a	3.91 (0.21) _a	
Satisfeita	Justiça	3.43 (0.24) _b	4.16 (0.24) _a	
N T	Pertença	1.47 (0.22) _c	1.72 (0.21) _c	
Não satisfeita	Justiça	1.60 (0.24) _c	1.72 (0.24) _c	

Nota. Os valores com diferentes letras são significativamente diferentes quando p <0.05. Os desvios padrão encontram-se entre parênteses.

Em relação à variável mágoa, os resultados mostram um efeito principal do tipo de necessidade, F(1,58) = 7.92, p = 0.007, mostrando que numa situação onde a necessidade é a pertença (M = 2,92) o alvo apresenta um menor nível de mágoa do que na situação em que a necessidade é a justiça (M = 3.26).

Existe ainda um efeito de interação entre o tipo de necessidade e a satisfação da necessidade, F (1,58) = 23.73, p <0.001 (Quadro 6), mostrando que quando a necessidade de pertença é satisfeita (M = 1.53) o alvo sente-se menos magoado do que quando a necessidade de justiça é satisfeita (M = 2.45). No entanto, a mágoa não difere entre as situações onde a

necessidade de pertença não é satisfeita (M=4,32) e a necessidade de justiça não é satisfeita (M=4,08).

Além disso, verifica-se uma diferença superior do nível de mágoa entre as condições necessidade de pertença satisfeita (M=1.53) e necessidade de pertença não satisfeita (M=4.32), em comparação com as condições de necessidade de justiça satisfeita (M=2.45) e necessidade de justiça não satisfeita (M=4.08).

Quadro 6: Médias e desvios-padrão do nível de mágoa em função do tipo de necessidade e satisfação da necessidade

	Satisfação da necessidade		
Гіро de necessidade	Satisfeita	Não satisfeita	
Pertença	1.53 (0.16) _a	4.32 (0.16) _c	
Justiça	2.45 (0.20) _b	4.08 (0.20) _c	

Nota. Os valores com diferentes letras são significativamente diferentes quando p <0.05. Os desvios padrão encontram-se entre parênteses.

DISCUSSÃO V.

O presente estudo teve como principais objetivos compreender se a necessidade de

pertença e a necessidade de justiça são percebidas como tendo os mesmos efeitos no alvo e, se a perceção desses mesmos efeitos é diferente consoante a categorização social do alvo. Especificamente, esperava-se que quando as necessidades de pertença e de injustiça não eram satisfeitas (situações de exclusão social e injustiça, respetivamente) levam à perceção de efeitos mais negativos para o alvo em comparação com situações em que as necessidades são satisfeitas. Além disso, esperava-se que os efeitos da não satisfação das necessidades de pertença e justiça seriam mais negativos para o alvo quando pertencia ao endogrupo do que quando pertencia ao exogrupo. No mesmo sentido, esperava-se que, nas situações onde as necessidades eram satisfeitas, esses efeitos fossem mais positivos para o alvo quando pertencia ao endogrupo do que quando era membro do exogrupo.

Assim, o presente estudo apresentou as seguintes hipóteses: H1) Quando as necessidades de pertença e de justiça não são satisfeitas, os participantes percecionam que ambas levam à diminuição da satisfação das necessidades básicas (pertença, autoestima, controlo e vida com significado) e a um aumento de emoções negativas do alvo em comparação com situações em que ambas as necessidades são satisfeitas; H2) Quando a necessidade de pertença e a necessidade de justiça não são satisfeitas, os participantes percecionam que os alvos do endogrupo apresentam um maior sofrimento, i.e., menor satisfação das necessidades básicas e mais emoções negativas do que os alvos do exogrupo; H3) Quando a necessidade de pertença e a necessidade de justiça são satisfeitas, os participantes percecionam que os alvos do endogrupo apresentam uma maior satisfação das necessidades básicas e mais emoções positivas do que os alvos do exogrupo.

A primeira hipótese de que as necessidades de pertença e de justiça conduzem a um conjunto idêntico de efeitos no alvo não foi confirmada pelos resultados. Os resultados indicam que quando a necessidade de pertença não é satisfeita, ou seja, numa situação de exclusão social, os indivíduos percecionam que os alvos apresentam um menor sentimento de pertença e um nível de autoestima mais baixo do que os alvos que se encontram numa situação em que a necessidade de justiça não é satisfeita (situação de injustiça). Já em relação à necessidade de ter uma vida com significado, os resultados mostram que os indivíduos consideram que os alvos, numa situação onde a necessidade é a justiça, tendem a encontrar maior significado na sua vida do que aqueles que se encontram numa situação onde a sua necessidade é a pertença. No entanto, os resultados demonstram que a não satisfação de ambas as necessidades conduz a um menor sentimento de controlo aquando da interação com os outros, ou seja, os indivíduos perdem a sua capacidade para influenciar os outros e de tomada de decisão durante a interação interpessoal. Relativamente à mágoa sentida pelos alvos, os resultados demonstram que tanto a necessidade de pertença e como a necessidade de justiça quando não são satisfeitas têm graves implicações nos alvos, uma vez que os alvos sentem-se magoados de igual modo quando ambas as necessidades não são satisfeitas. Contudo, quando ambas as necessidades são satisfeitas, o alvo é percebido como tendo um maior nível de controlo e um nível mais baixo de mágoa numa situação onde a necessidade é a pertença do que numa situação onde a necessidade satisfeita é a justiça.

O facto de os resultados mostrarem a exclusão social como uma ameaça às necessidades básicas vem confirmar, mais uma vez, aquilo que está descrito na literatura (Riva, Wirth & Williams, 2011; Williams, Cheung & Choi, 2000; Williams, 2007). Em relação à pertença e autoestima dos alvos, os resultados mostram que a necessidade pertença é mais influente para as mesmas, assim como a ameaça a essa necessidade é mais desfavorável para a satisfação das mesmas. Os indivíduos excluídos perdem o seu sentido de pertença (Jamieson, Harkins & Williams, 2010), uma vez que existe uma negação ativa de estar relacionado com estes (Williams, Cheung & Choi, 2000). Estes indivíduos também apresentam uma baixa autoestima (Baumeister & Leary, 1995; Leary, 1990), pois parte desta é determinada pela inclusão social (Leary, Haupt, Strausser & Chokel, 1998). Em relação ao nível de controlo do alvo, os resultados vêm também confirmar a importância da necessidade de pertença para um maior nível de controlo nas interações interpessoais e ainda a importância da necessidade de justiça para os sentimentos de controlo dos indivíduos, de forma a terem uma perspetiva positiva acerca do seu futuro (Lipkus & Siegler, 1993). Relativamente à necessidade de ter uma vida com significado, os resultados vêm confirmar a importância da necessidade de justiça para ajudar as pessoas a dar sentido aos acontecimentos das suas vidas. De acordo com Dalbert e Sallay (2004), esta necessidade de justiça encoraja as pessoas a verem o mundo com sentido e por isso, permite-lhes encontrar o significado para as suas vidas. Além disso, as conceções de justiça apresentam grande importância, na medida em que são fundamentais para a definição do que as pessoas pensam acerca de si próprias (Lerner, 1987). Da mesma forma, é importante referir que a justiça faz parte de praticamente todos os aspetos da vida social e pessoal (Miller, 2001).

Os resultados, como era esperado, mostram ainda que existem diferenças significativas a nível das necessidades humanas básicas quando comparadas as situações onde as necessidades de pertença e justiça não são satisfeitas e quando são satisfeitas. Os indivíduos

percecionam que os alvos apresentam um maior nível de pertença, de controlo e de autoestima quando as necessidades de pertença e justiça são satisfeitas em comparação com as situações em que essas necessidades não são satisfeitas. No entanto, verifica-se que essas diferenças são superiores quando a necessidade é a de pertença, tanto a nível da pertença, do controlo e da autoestima, da felicidade e mágoa. Neste sentido, estes resultados poderão sugerir que a necessidade de pertença poderá ser mais intensa e influente, na medida em que todos nós pertencemos a pequenos grupos (Baumeister & DeWall, 2005), apoiando ainda a hipótese de que é uma necessidade universal (Baumeister & Leary, 1995; Leary & Baumeister, 2000). Além disso, na sua revisão da necessidade de pertença como uma motivação humana básica, Baumeister e Leary (1995) resumem uma variedade de evidências que suportam a afirmação de que os seres humanos são levados a procurar satisfazer a sua necessidade de pertença e, que sofrem tanto física como psicologicamente quando esta necessidade não é satisfeita.

Relativamente à segunda e terceira hipóteses de que os indivíduos percebem os efeitos da exclusão social e da injustiça como mais negativos e os efeitos da pertença e da justiça como mais positivos, quando o alvo pertence ao endogrupo em comparação com o alvo do exogrupo, não foram confirmadas pelos resultados. Os resultados do presente estudo não mostram diferenças significativas na perceção das respostas dos alvos quando pertencem ao endogrupo ou quando pertencem ao exogrupo. Ou seja, os resultados não vão ao encontro da hipótese da infra-humanização, de que existe a tendência de atribuir mais emoções, tanto positivas como negativas, aos membros do endogrupo em comparação com os membros do exogrupo.

Uma primeira explicação para estes resultados pode estar relacionada com o nível de identificação dos participantes com o grupo em questão, i.e., ser aluno do ISCTE-IUL. Todos pertencemos a diferentes grupos e alguns desses podem apresentar maior importância para a nossa identidade do que outros (Brewer, 1991; Tajfel & Turner, 1986). Assim, neste estudo o grupo que pode estar mais saliente é o dos estudantes universitários e não o dos estudantes do ISCTE-IUL. Uma forte identificação com o grupo supraordenado e uma identificação mais frágil com o subgrupo resulta numa maior preocupação com as relações entre os membros dos diferentes subgrupos e numa menor preocupação com as questões instrumentais e os conflitos que trazem (Thibaut & Walker, 1975). Neste sentido, os participantes ao terem a identificação com o grupo supraordenado (i.e. estudantes universitários) mais saliente, demonstraram maior preocupação com a situação e os seus efeitos do que com o facto de a situação ocorrer a um aluno do ISCTE-IUL ou a um aluno de outra universidade. No entanto, alguns participantes afirmaram ser relevante a pertença do alvo, pois quando o alvo pertencia ao ISCTE-IUL, os participantes sentiam maior preocupação com a situação, devido ao facto de ocorrer no contexto

em que estavam inseridos. Isto vem então ao encontro da hipótese de Lerner e Miller (1978) de que existe a tendência de nos preocuparmos mais com o nosso mundo. No entanto, neste estudo essa diferença não se verificou, ou seja, o grupo ao qual o alvo pertencia não foi relevante para a perceção do sofrimento do alvo nas situações de exclusão social e injustiça.

Contudo, os resultados mostram que numa situação onde a necessidade satisfeita é a justiça são os alvos que pertencem ao exogrupo que são percebidos como apresentando um maior nível de felicidade e que numa situação onde a necessidade satisfeita é a pertença são os alvos do endogrupo que são percebidos como mais felizes. Neste sentido, será possível afirmar que existiu uma forma de infra-humanização do exogrupo, que pode ser interpretada ao nível da diferenciação de valores, pois os indivíduos percecionam que o exogrupo adota diferentes valores do endogrupo (Struch & Schwartz, 1989). Assim, percebendo a necessidade de justiça como tendo menos importância e influência na vida dos membros do endogrupo do que a necessidade de pertença, pode-se considerar essa necessidade como mais importante para o exogrupo e, por isso, contribuir mais para a sua felicidade. Desta forma, os participantes podem percecionar os valores defendidos pelo alvo do exogrupo como incongruentes com os valores do endogrupo, daí considerarem que ambos os grupos não partilham os mesmos interesses.

Em suma, os resultados indicam que ambas as necessidades, tanto a de pertença como a de justiça, têm influência na satisfação das necessidades humanas básicas. Contudo, a necessidade de pertença parece ser mais influente do que a de justiça, na medida em que a não satisfação da primeira parece ser mais severa que a não satisfação da necessidade de justiça. Enquanto a primeira parece ser mais importante para os sentimentos de pertença, de controlo e de autoestima do alvo, a necessidade de justiça contribui com um maior peso para encontrar significado na vida. Os resultados parecem ainda indicar uma forma de infra-humanização do exogrupo ao nível da diferenciação dos valores, ou seja, considerando a necessidade de justiça como tendo menos importância para o endogrupo, então uma satisfação correta da mesma proporcionará maior nível de felicidade aos membros do exogrupo.

Em relação às limitações do presente estudo, o facto das necessidades de pertença e de justiça terem sido manipuladas, pode ter tido implicações nos resultados, uma vez que as histórias apresentadas podiam ser consideradas hipotéticas. Desta forma, se as histórias não corresponderam a situações que possam ocorrer no contexto real, os participantes podem ter subestimado as reações dos alvos às diferentes situações. Além disso, como foi referido anteriormente, a identificação com a categoria estudante do ISCTE-IUL pode não estar tão saliente e por isso ter influenciado a perceção das respostas dos alvos. Daí, num estudo futuro, sugere-se a utilização de uma situação mais realista e de uma categoria mais saliente e

importante para os participantes ou até a realização deste estudo numa situação em que exista algum tipo de competição ou conflito entre o endogrupo e o exogrupo.

Além disso, o tamanho e a composição da amostra são dois aspetos que poderiam ser melhorados. Se a amostra compreendesse um maior número de participantes, podiam-se ter obtido mais resultados significativos. Assim, sugere-se a replicação do presente estudo a uma amostra maior. Em relação à composição da amostra que foi constituída por estudantes do ISCTE-IUL, sobretudo das áreas de Informática e Psicologia, poderia ter sido mais diversificada, como por exemplo sendo constituída por estudantes de duas faculdades diferentes, abrangendo também um maior número de cursos.

O presente estudo vem assim reforçar a importância que as necessidades de pertença e de justiça têm na vida dos indivíduos, sendo ainda pioneiro ao tentar compreender se ambas conduzem a um conjunto idêntico de respostas no alvo. Contudo, como se verificou pelos resultados obtidos, as duas necessidades apresentam níveis de importância diferentes. Além disso, este estudo contribuiu ainda para o estudo do fenómeno da infra-humanização e veio reforçar a ideia que todos nós pertencemos a diferentes grupos. De facto, no presente estudo não foi visível este fenómeno com a atribuição de mais emoções tanto positivas como negativas aos membros do endogrupo, mas sim ao nível da diferenciação de valores, pois os participantes consideraram que os membros do exogrupo se sentiam mais felizes numa situação onde a necessidade satisfeita era a justiça, enquanto os membros do endogrupo apresentaram maior felicidade numa situação onde a necessidade satisfeita era a pertença. Assim, tendo em conta as principais conclusões, este estudo deixa-nos duas questões: Será que podemos considerar a necessidade de pertença mais importante que a necessidade de justiça? E será que ao considerarmos algo com menos importância para nós, tendemos a considerar que tem mais importância para os outros? A partir destas duas questões, é possível afirmar que este estudo pode abrir portas a uma nova linha de investigação.

Em conclusão, a não satisfação das necessidades de pertença e de justiça, com situações de exclusão social e injustiça respetivamente, são dois fenómenos muito frequentes no nosso dia-a-dia. E como os resultados do presente estudo mostraram, são considerados uma ameaça a vários aspetos importantes da nossa vida, como o sentimento de pertença, autoestima, controlo nas interações sociais e mesmo a procura de significado na vida. Vivemos num mundo em que uma parte da humanidade assiste sobretudo aos infortúnios dos outros e, deste modo, este estudo permitiu conhecer como as pessoas percebem a importância das necessidades de pertença e de justiça para os outros e como percebem as reações destes à não satisfação e satisfação destas necessidades.

VI. REFERÊNCIAS

- Adams, J. S. (1965). Inequity in social exchange. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in experimental social psychology* (pp. 267-299). New York: Academic Press.
- Adler, A. (1930). The education of children. London: Allen and Unwin.
- Aguiar, P., Vala, J., Correia, I., & Pereira, C. (2008). Justice in our world and in that of others: Belief in a just world and reactions to victims. *Social Justice Research*, 21, 50-68.
- Aram, J. D., & Salipante, P. F. (1981). An evaluation of organizational due process in the resolution of employee/employer conflict. *Academy of Management*, *6*, 197-204.
- Asher, S. R., Rose, A. J., & Gabriel, S. W. (2001). Peer rejection in everyday life. In M. Leary (Ed.). *Interpersonal rejection* (pp. 105-142). New York: Oxford.
- Baron, R. A., Neuman, J.H., & Geddes, D. (1999). Social and personal determinants of workplace aggression: Evidence for the impact of perceived injustice and the type- A behavior pattern. *Aggressive Behavior* 25, 281-296.
- Batson, C. D., & Ahmad, N. Y. (2009). Using empathy to improve intergroup attitudes and relations. *Social Issues and Policy Review, 3,* 141-177.
- Baumeister, R. F., & DeWall, C. N. (2005). The inner dimension of social exclusion: intelligent thought and self-regulation among rejected persons. In K. Williams, J. Forgas & W. Hippel (Eds.). *The social outcast: Ostracism, social exclusion, rejection and bullying* (pp. 53-75). New York: Psychology Press.
- Baumeister, R.F., & Leary, M.R. (1995). The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, *117*, 497-529.
- Bierhoff, H. W., Klein, R., & Kramp, P. (1991). Evidence for the altruistic personality from data on accident research. *Journal of Personality*, *59*, 263-280.
- Bies, R. J. (1993). Privacy and procedural justice in organizations. *Social Justice Research*, 6, 69 86.
- Bies, R. J., & Moag, J. F. (1986). Interactional justice: Communication criteria of fairness. In R. J. Lewicki, B. H. Sheppard, & M. H. Bazerman (Eds.). *Research on negotiations in organizations* (Vol. 1, pp. 43-55). Greenwich, CT: JAI Press.
- Bies, R.J., & Tripp, T.M. (1996). Beyond distrust: "Getting even" and the need for revenge. In R.M. Kramer and T. Tyler (Eds.). *Trust in organizations* (pp. 246-260). Newbury Park: Sage Publications.
- Brewer, M. B. (1991). The social self: On being the same and different at the same time. *Personality and Social Psychology Bulletin, 17,* 475-482.
- Case, T. I., & Williams, K. D. (2004). Ostracism: A metaphor for death. In J. Greenberg, S. L. Koole, & T. Pyszczynski (Eds.). *Handbook of Experimental Existential Psychology* (pp. 336-351). New York, NY: Guilford.
- Chen, Z., Williams, K. D., Fitness, J., & Newton, N. C. (2008). When hurt won't heal: Exploring the capacity to relive social pain. *Psychological Science*, *19*, 789-795.

- Cikara, M., Bruneau, E. G., & Saxe, R. (2011). Us and them: Intergroup failures of empathy. *Current Directions in Psychological Science*, 20, 149-153.
- Clayton, S. D. (1992). The experiences of injustice. Some characteristics and correlates. *Social Justice Research*, *5*, 71–91.
- Coie, J. D., Dodge, K. A., & Kupersmidt, J. B. (1990). Peer group behavior and social status. In S. R. Asher & J. D. Coie (Eds.). *Peer rejection in childhood* (pp. 17-59). New York: Cambridge University Press.
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 31–38.
- Dalbert, C. (1998). Belief in a just world, well-being, and coping with an unjust fate. In L. Montada, & M. J. Lerner (Eds.). *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 87-106). New York: Plenum Press.
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally: About the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research*, 12, 79-98.
- Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource. Dealing with challenges and critical life events.* New York: Plenum Publishers.
- Dalbert, C. (2002). Beliefs in a just world as a buffer against anger. *Social Justice Research*, 15, 123-145.
- Dalbert, C. (2009). Belief in a just world. In M. R. Leary & R. H. Hoyle (Eds.). *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 288-297). New York: Guilford Publications.
- Dalbert, C. & Sally H. (2004). *The justice motive in adolescence and young adulthood:* Origins and consequences. London: Routledge
- Deaux, K., Reid, A., Mizrahi, K., & Ethier, K. A. (1995). Parameters of social identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 280-291.
- DePalma, M. T., Madey, S. F., Tillman, T. C., & Wheeler, J. (1999). Perceived patient responsibility and belief in a just world affect helping. *Basic and Applied Social Psychology*, 21, 131–137
- Dodge, K., Coie, J., & Brakke, N. P. (1982). Behavior patterns of socially rejected and neglected preadolescents: The roles of social approach and aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *10*, 389-410.
- Dzuka, J. & Dalbert, C. (2002). Mental health and personality of Slovak unemployed adolescents: About the beliefs in a just world's impact. *Journal of Applied Social Psychology*, 4, 732-757.
- Eisenberger, N. I. (2010). The neural basis of social pain: Findings and implications. In Geoff MacDonald & Lauri A. Jensen-Campbell (Eds.). *Social pain:*Neuropsychological and health implications of loss and exclusion. (pp. 53-78).

 Washington, DC: American Psychological Association.
- Ellemers, N., Doosje, B., & Spears, R. (2004). Sources of respect: Effects of being liked by ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 34, 155-172.
- Geller D.M., Goodstein L., Silver M., & Sternberg W.C. (1974). On being ignored: the effects of violation of implicit rules of social interaction. *Sociometry 37*, 541–56.

- Greenberg, J. (1990). Organizational justice: Yesterday, today, and tomorrow. *Journal of Management*, 16, 399-432.
- Hafer, C. L. (2000). Investment in long-term goals and commitment to just means drive the need to believe in a just world. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1059-1073.
- Hafer, C. L., & Olson, J. M. (1989). Beliefs in a just world and reactions to personal deprivation. *Journal of Personality*, *57*, 799–823.
- Hafer, C. L., & Olson, J. M. (1993). Beliefs in a just world, discontent and assertive actions by working women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 30-38.
- Haslam, N., Loughnan, S., Kashima, Y., & Bain, P. (2008). Attributing and denying humanness to others. *European Review of Social Psychology*, 19, 55–85.
- Hewstone, M., Rubin, M., & Willis, H. (2002). Intergroup bias. *Annual Review of Psychology*, *53*, 575–604.
- Jamieson, J.P., Harkins, S.G., & Williams, K.D. (2010). Need threat can motivate performance after ostracism. *Personality & Social Psychology Bulletin*, *36*, 690-702.
- Krench, D., & Crutchfield, R. S. (1959). *Elements of psychology*. New York: Alfred A. Knopf.
- Leary, M. R. (1990). Responses to social exclusion: Social anxiety, jealousy, loneliness, depression, and low self-esteem. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 9, 221–229.
- Leary, M. R., & Baumeister, R. F. (2000). The nature and function of self-esteem: Sociometer theory. In M. P. Zanna (Ed.). *Advances in experimental social psychology* (Vol. 32, pp. 1–62). San Diego: Academic Press.
- Leary, M. R., Haupt, A. L., Strausser, K. S., & Chokel, J. T. (1998). Calibrating the sociometer: The relationship between interpersonal appraisals and state self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1290–1299
- Leary, M. R., Twenge, J. M., & Quinlivan, E. (2006). Interpersonal rejection as a determinant of anger and aggression. *Personality and Social Psychology Review*, 10, 111-132.
- Lerner, M. J. (1977). The justice motive: Some hypotheses as to its origins and forms. *Journal of Personality*, 45, 1–52.
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation.
- Lerner, M. J. (1987). Integrating societal and psychological rules of entitlement: The basic task of each social actor and fundamental problem for the social sciences. *Social Justice Research*, *1*, 107-125.
- Lerner, M. J. (1998). The two forms of belief in a just world: Some thoughts on why and how people care about justice. In L. Montada, & M. J. Lerner (Eds.). *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 247-270). New York: Plenum Press.
- Lerner, M. J. (2003). The justice motive: Where social psychologists found it, how they lost it, and why they may not find it again. *Personality and Social Psychology*, 7, 388–399.
- Lerner, M. J., & Goldberg, J. H. (1999). When do decent people blame victims? The differing effects of the explicit/rational and implicit/experiential cognitive systems. In S.

- Chaiken & Y. Trope (Eds.). *Dual-process theories in social psychology* (pp. 627–640). New York: Guilford.
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85, 1030–1051.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). The observer's reaction to the «innocent victim»: Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 203-210.
- Leyens, J.-Ph., Demoulin, S., Vaes, J., Gaunt, R., & Paladino, M. P. (2007). Infrahumanization: The wall of group differences. *Social Issues and Policy Review, 1*, 139–172.
- Leyens, J. Ph., Paladino, P. M., Rodriguez, R. T., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez, A. P., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The role of secondary emotions. *Personality and Social Psychology Review, 4*, 186–197.
- Leyens, J. Ph., Rodriguez, A. P., Rodriguez, R. T., Gaunt, R., Paladino, P. M., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, *31*, 395–411
- Lind, E. A., & Tyler, T. R. (1988). *The social psychology of procedural justice*. New York: Plenum.
- Lipkus, I. M., & Siegler, I. C. (1993). The belief in a just world and perceptions of discrimination. *Journal of Psychology*, 127, 465-474.
- Mackie, D. M., Gastardo-Conaco, M. C., & Skelly, J. J. (1992). Knowledge of the advocated position and the processing of ingroup and outgroup persuasive messages. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 145–151.
- Markovsky, B. (1991). Prospects for a cognitive-structural justice theory. In R. Vermunt & H. Steensma (Orgs.). *Social justice in human relations: Societal and psychological origins of justice*. (Vol. 1, pp. 33-58). New York: Plenum.
- Maslow, A. (1954). Motivation and personality. New York: Harper & Row.
- Maslow, A. H. (1968). Toward a psychology of being. New York: Van Nostrand.
- McDougall, P., Hymel, S., Vaillancourt, T., & Mercer, L. (2001). The consequences of early childhood rejection. In M. Leary (Ed.). *Interpersonal rejection* (pp. 213-247). New York: Oxford University Press.
- Meyer, M. L., Masten, C. L., Ma, Y., Wang, C., Shi, Z., Eisenberger, N. I., & Han, S. (2013) Empathy for the social suffering of friends and strangers recruits distinct patterns of brain activation. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 8, 446-454.
- Mikula, G. (1986). The experience of injustice: Toward a better understanding of its phenomenology. In H.W. Bierhoff, R.L. Cohen, & J. Greenberg (Eds.). *Justice in interpersonal relations* (103-123). New York: Plenum Press.
- Mikula, G., Petri, B., & Tanzer, N. (1990). What people regard as unjust: Types and structures of everyday experiences of injustice. *European Journal of Social Psychology*, 20, 133-149.
- Mikula, G., Scherer, K. R., & Athenstaedt, U. (1998). The role of injustice in the elicitation of differential emotional reactions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24, 769-783.

- Miller, D. T. (2001). Disrespect and the experience if injustice. *Annual Review of Psychology*, 52, 527–553.
- Moscovici, S., & Pérez, J.A. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: O caso dos ciganos. In J. Vala (Ed.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta.
- Novak, D. W., & Lerner, M. J. (1968). Rejection as a consequence of perceived similarity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 147–152.
- Otto, K., & Dalbert, C. (2005). Belief in a just world and its functions for young prisoners. *Journal of Research in Personality*, 39, 559-573.
- Pirralho, V. (2011). *Impacto da crença no mundo justo nas percepções de justiça dos estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações. Lisboa: ISCTE IUL.
- Rego, A. (1999). Justiça Organizacional entre a adolescência e a maturidade. In M. P. Cunha (Eds). *Teoria organizacional, perspetiva e prospetiva* (pp. 165-224). Lisboa: D. Ouixote.
- Riva, P. & Andrighetto, L. (2012). "Everybody feels a broken bone, but only we can feel a broken heart": Group membership influences the perception of targets' suffering. *European Journal of Social Psychology*, 42, 801-806.
- Riva, P., Wirth, J., & Williams, K.D. (2011). The consequences of pain: The social and physical pain overlap on psychological responses. *European Journal of Social Psychology*, *41*, 681-687.
- Smith, H., Tyler, T., Huo, Y., Ortiz, D., & Lind, E. (1998). The self-relevant implications of the group-value model: group membership, self-worth, and treatment quality. *Journal of Experimental Social Psychology*, *34*, 470-493.
- Schwartz, S.H., & Struch, N. (1989). Values, stereotypes, and intergroup antagonism. In D. Bar-Tal, C.F. Graumann, A. Kriglanski, & W. Stroebe (Eds.). *Stereotyping and prejudice: Changing conceptions* (pp. 151-167). New York: Springer-Verlag.
- Struch, N., & Schwartz, S. H. (1989). Intergroup aggression: Its predictors and distinctness from in-group bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, *56*, 364–373.
- Tajfel, H. (1969). The cognitive aspect of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25, 79-97.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An intergrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.). *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33–47). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). An integrative theory of intergroup conflict. In S. Worchel & W. Austin (Eds.). *Psychology of intergroup relations* (pp. 2-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Taylor, M.S., Tracy, K.B., Renard, M.K., Harrison, J.K., & Carroll, S.J. (1995). Due process in performance appraisal: A quasi-experiment in procedural justice. *Administrative Science Quarterly*, 40, 495-523.
- Thibaut, J., & Walker, L. (1975). *Procedural justice: A psychological analysis*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Tyler, T. R. (1989). The psychology of procedural justice: A test of the group-value model. *Journal of Personality and Social Psychology*, *57*, 830-838.

- Tyler, T.R. (2000). Social justice: Outcome and procedure. *International Journal of Psychology*, *35*, 117-125.
- Tyler, T., Degoey, P., & Smith, H. (1996). Understanding why the justice of group procedures matters: A test of the psychological dynamics of the group-value model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 913-930.
- Twenge, J. M., Baumeister, R. F., Tice, D. M., & Stucke, T. S. (2001). If you can't join them, beat them: Effects of social exclusion on aggressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 1058 –1069.
- Twenge J. M., Catanese K. R., Baumeister R. F. (2003). Social exclusion and the deconstructed state: Time perception, meaninglessness, lethargy, lack of emotion, and self-awareness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85, 409 423.
- Vernon, M. D. (1969). *Human motivation*. Great Britain: Cambridge University Press.
- Viki, G. T., Winchester, L., Titshall, L., Chisango, T., Pina, A., & Russell, R. (2006). Beyond secondary emotions: The infrahumanization of outgroups using human-related and animal-related words. *Social Cognition*, 24, 753–775.
- Wesselmann, E. D., Bagg, D., & Williams, K. D. (2009). "I feel your pain": The effects of observing ostracism on the ostracism detection system. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 1308-1311.
- Williams, K. D. (2001). Ostracism: The Power of Silence. New York: Guilford.
- Williams, K.D. (2007). Ostracism. Annual Review of Psychology, 58, 425-452
- Williams K. D., & Sommer K. L. (1997). Social ostracism by one's coworkers: Does rejection lead to loafing or compensation? *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 693–706.
- Williams, K. D., Cheung, C. K. T., & Choi, W. (2000). CyberOstracism: Effects of being ignored over the Internet. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 748-762.
- Williams, K. D., Forgas, J. P., & Hippel, W.V. (2005). *The Social Outcast: Ostracism, Social Exclusion, Rejection, and Bullying*. New York: Psychology Press.
- Zuckerman, M., & Gerbasi, K. C. (1977). Belief in a just world and trust. *Journal of Research in Personality*, 11, 306-317.

Anexo A: Questionários



Questionário

O presente questionário é parte integrante do projeto de investigação realizado no âmbito da Dissertação para a obtenção do grau de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este tem como objetivo recolher informação acerca da forma como as pessoas veem e sentem as experiências do quotidiano. Vamos apresentar-lhe duas situações e pedimos-lhe que em cada uma avalie o modo como o protagonista se sente.

Por favor, tente responder a todas as questões. Pedimos-lhe que leia atentamente todas as instruções e que assinale a alternativa que melhor descreve aquilo que pensa e sente. Além disso, é de salientar que todas as suas respostas serão confidenciais e não existem respostas certas ou erradas. A sua participação é voluntária, sendo assegurado o anonimato dos seus dados pessoais e das suas respostas.

Dados demográficos:	
Sexo: Masculino	Feminino
Idade:	
Curso:	

(pertença-endogrupo)

Imagine a seguinte situação passada com um estudante da sua universidade (ISCTE - IUL).

"Um estudante é popular na sua turma e na faculdade. Tem muitos amigos e muitas oportunidades para a interação social. A maioria dos seus colegas procuram-no, mostrando o seu gosto por estar com ele e agindo como se, de um modo geral, valorizassem quase tudo o que ele diz e faz. Frequentemente, é elogiado pelos seus colegas e sente-se admirado pelos outros. Quando um professor lhe pergunta o que o aluno sente acerca da sua popularidade, ele responde 'Sabe bem, realmente bem'."

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
12. É capaz de alterar significativamente							
os acontecimentos.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
13. Sente que pertence ao grupo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
14. Sente que os outros interagem consigo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
15. Sente-se inseguro.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
16. Sente-se invisível.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
17. Sente que é capaz de influenciar os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
18. Sente que os outros decidem tudo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
19. Sente-se satisfeito.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
20. Sente-se feliz.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
21. Sente-se triste.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
22. Sente-se com medo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

23. Sente-se alegre. 5 Muitíssimo Nada 1 2 3 4 2 5 24. Sente-se ofendido. Nada 1 3 4 Muitíssimo 25. Sente-se zangado. Nada 2 3 4 5 Muitíssimo 1 26. Sente-se irritado. Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo 2 3 5 Muitíssimo 27. Sente-se com raiva. Nada 1 4 28. Sente-se magoado. Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

Tendo ainda em conta a situação acima descrita, indique:

Quanto sofrimento o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

Quanta injustiça o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

(justiça-endogrupo)

Imagine uma outra situação passada com um estudante da sua universidade (ISCTE - IUL).

"Um aluno para terminar a licenciatura falta-lhe apenas uma U.C. Devido a esse facto, esforça-se imenso, conseguindo obter resultados bastante bons nos trabalhos de grupo. Mais tarde realiza o exame final, para o qual também se esforça bastante, abdicando totalmente das festas da sua queima das fitas. Porém quando recebe a nota do exame apercebe-se que este foi anulado. Bastante preocupado vai pedir esclarecimentos ao professor e este diz-lhe simplesmente que o seu teste foi anulado, tal como foi o teste do seu colega X, porque ambos os testes eram iguais, o que pressupõe que ambos copiaram um pelo outro. Ele tenta explicar ao professor que jamais copiou pelo colega, demonstrando ao professor que sabia a matéria. O professor convoca uma reunião conjunta entre os 2 alunos e o colega que copiou confessa a sua culpa, decidindo o professor anular apenas o teste ao colega. Deste modo o aluno, protagonista desta história, conseguiu evitar a reprovação e ter a nota que merecia, podendo terminar a sua licenciatura nesse ano."

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
12. É capaz de alterar significativamente							
os acontecimentos.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
13. Sente que pertence ao grupo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
14. Sente que os outros interagem consigo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
15. Sente-se inseguro.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
16. Sente-se invisível.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

17. Sente que é capaz de influenciar os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
18. Sente que os outros decidem tudo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
19. Sente-se satisfeito.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
20. Sente-se feliz.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
21. Sente-se triste.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
22. Sente-se com medo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
23. Sente-se alegre.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
24. Sente-se ofendido.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
25. Sente-se zangado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
26. Sente-se irritado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
27. Sente-se com raiva.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
28. Sente-se magoado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
Tendo ainda em conta a situação acima de	scrita, in	ndique	e:				
Quanto sofrimento o protagonista sentiu?							
Nada 1 2 3 4 5 Muitíss	simo						
Quanta injustiça o protagonista sentiu?							
Nada 1 2 3 4 5 Muitíss	simo						
Para finalizar responda às seguintes questões.							
Para si foi relevante pensar que o estudante da	s duas sit	tuaçõe	es era a	aluno	do ISC	TE-IU	L? Se não fosse
aluno do ISCTE-IUL seria diferente?							

Obrigada pela sua participação!



Questionário

O presente questionário é parte integrante do projeto de investigação realizado no âmbito da Dissertação para a obtenção do grau de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este tem como objetivo recolher informação acerca da forma como as pessoas veem e sentem as experiências do quotidiano. Vamos apresentar-lhe duas situações e pedimos-lhe que em cada uma avalie o modo como o protagonista se sente.

Por favor, tente responder a todas as questões. Pedimos-lhe que leia atentamente todas as instruções e que assinale a alternativa que melhor descreve aquilo que pensa e sente. Além disso, é de salientar que todas as suas respostas serão confidenciais e não existem respostas certas ou erradas. A sua participação é voluntária, sendo assegurado o anonimato dos seus dados pessoais e das suas respostas.

Dados demográficos:	
Sexo: Masculino	Feminino
Idade:	
Curso.	

(exclusão social-endogrupo)

Imagine a seguinte situação passada com um estudante da sua universidade (ISCTE - IUL).

"Um estudante não é popular na sua turma nem na sua faculdade. Tem poucos amigos e poucas oportunidades para a interação social. A maioria dos seus colegas evitam-no, mostrando a sua repulsa e agindo como se em tudo o que tocasse estivesse contaminado com germes. Frequentemente, é humilhado em frente aos seus colegas e sente-se como sendo uma 'piada' para os outros. Quando um professor lhe pergunta o que o aluno sente acerca dos insultos, ele responde 'Dói, realmente dói'."

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
12. É capaz de alterar significativamente							
os acontecimentos.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
13. Sente que pertence ao grupo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
14. Sente que os outros interagem consigo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
15. Sente-se inseguro.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
16. Sente-se invisível.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
17. Sente que é capaz de influenciar os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
18. Sente que os outros decidem tudo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
19. Sente-se satisfeito.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
20. Sente-se feliz.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
21. Sente-se triste.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
22. Sente-se com medo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

23. Sente-se alegre.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
24. Sente-se ofendido.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
25. Sente-se zangado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
26. Sente-se irritado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
27. Sente-se com raiva.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
28. Sente-se magoado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

Tendo ainda em conta a situação acima descrita, indique:

Quanto sofrimento o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

Quanta injustiça o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

(injustica-endogrupo)

Imagine uma outra situação passada com um estudante da sua universidade (ISCTE - IUL).

"Um aluno para terminar a Licenciatura falta-lhe apenas uma U.C. Devido a esse facto, esforça-se imenso, conseguindo obter resultados bastante bons nos trabalhos de grupo. Mais tarde realiza o exame final, para o qual também se esforça bastante, abdicando totalmente das festas da sua queima das fitas. Porém quando recebe a nota do exame apercebe-se que este foi anulado. Bastante preocupado vai pedir esclarecimentos ao professor e este diz-lhe simplesmente que o seu teste foi anulado, tal como foi o teste do seu colega X, porque ambos os testes eram iguais, o que pressupõe que copiaram um pelo outro. Ele tenta explicar ao professor que jamais copiou pelo colega, demonstrando que sabia a matéria. O professor diz-lhe que é difícil perceber quem tinha copiado e que a melhor decisão era mesmo a anulação do teste. Posteriormente, o aluno vai falar com o colega e pede-lhe para que ele o ajude a esclarecer a situação, porque precisa mesmo desta cadeira para terminar a Licenciatura. O colega admite que copiou e diz-lhe que não vai admitir a sua culpa perante o professor porque pretende fazer a U.C. no ano seguinte e não quer que a sua imagem fique manchada. Deste modo o aluno, protagonista desta história, não consegue evitar a reprovação e ter a nota que mereceria, mesmo depois de ter exposto esta situação ao conselho pedagógico, pois não consegue provar a sua inocência. O teste fica anulado e o aluno não pode terminar a sua licenciatura nesse ano."

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
12. É capaz de alterar significativamente							
os acontecimentos.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

13. Sei	nte que	e perte	ence a	o grup	0.		Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
14. Ser	nte que	e os o	utros i	nterag	em co	nsigo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
15. Ser	nte-se	inseg	uro.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
16. Sente-se invisível.							Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
17. Sei	nte que	e é caj	paz de	influe	nciar o	os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
18. Ser	nte que	e os o	utros o	decide	n tudo).	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
19. Ser	nte-se	satisf	eito.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
20. Ser	nte-se	feliz.					Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
21. Ser	nte-se	triste.					Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
22. Ser	nte-se	com r	nedo.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
23. Ser	nte-se	alegre	e.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
24. Ser	nte-se	ofend	ido.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
25. Sente-se zangado.						Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo	
26. Sente-se irritado.						Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo	
27. Sente-se com raiva.						Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo	
28. Sente-se magoado.							Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
Tendo	ainda	a em i	conta	a situ:	acão a	ncima des	scrita ir	ndian	e.				
						sentiu?	,circa, ii	iaiqa	.				
			3	•			ima						
Nada	1	2	3	4	5	Muitíss	11110						
Quant		_	-	_									
Nada	1	2	3	4	5	Muitíss	imo						
D C	1!		1 . \		•								
Para III	nanzai	rrespo	onda a	is segu	intes Ç	juestões.							
Para si	foi rel	levanı	te pens	sar aue	e o esti	ıdante das	s duas si	tuaçõ	es era	aluno	do ISO	CTE-IU	JL? Se não fosse
			•	•				3					
	aluno do ISCTE-IUL seria diferente?												



Questionário

O presente questionário é parte integrante do projeto de investigação realizado no âmbito da Dissertação para a obtenção do grau de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este tem como objetivo recolher informação acerca da forma como as pessoas veem e sentem as experiências do quotidiano. Vamos apresentar-lhe duas situações e pedimos-lhe que em cada uma avalie o modo como o protagonista se sente.

Por favor, tente responder a todas as questões. Pedimos-lhe que leia atentamente todas as instruções e que assinale a alternativa que melhor descreve aquilo que pensa e sente. Além disso, é de salientar que todas as suas respostas serão confidenciais e não existem respostas certas ou erradas. A sua participação é voluntária, sendo assegurado o anonimato dos seus dados pessoais e das suas respostas.

Dados demograficos:	
Sexo: Masculino	Feminino
Idade:	
Curso:	

(pertença-exogrupo)

Imagine a seguinte situação passada com um estudante da uma **outra universidade (que não o** ISCTE – IUL).

"Um estudante é popular na sua turma e na faculdade. Tem muitos amigos e muitas oportunidades para a interação social. A maioria dos seus colegas procuram-no, mostrando o seu gosto por estar com ele e agindo como se, de um modo geral, valorizassem quase tudo o que ele diz e faz. Frequentemente, é elogiado pelos seus colegas e sente-se admirado pelos outros. Quando um professor lhe pergunta o que o aluno sente acerca da sua popularidade, ele responde 'Sabe bem, realmente bem'."

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
12. É capaz de alterar significativamente							
os acontecimentos.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
13. Sente que pertence ao grupo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
14. Sente que os outros interagem consigo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
15. Sente-se inseguro.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
16. Sente-se invisível.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
17. Sente que é capaz de influenciar os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
18. Sente que os outros decidem tudo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
19. Sente-se satisfeito.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
20. Sente-se feliz.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
21. Sente-se triste.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

22. Sente-se com medo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
23. Sente-se alegre.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
24. Sente-se ofendido.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
25. Sente-se zangado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
26. Sente-se irritado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
27. Sente-se com raiva.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
28. Sente-se magoado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

Tendo ainda em conta a situação acima descrita, indique:

Quanto sofrimento o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

Quanta injustiça o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

(justiça-exogrupo)

Imagine uma outra situação passada com um estudante de uma **outra universidade (que não o** ISCTE – IUL).

"Um aluno para terminar a licenciatura falta-lhe apenas uma U.C. Devido a esse facto, esforça-se imenso, conseguindo obter resultados bastante bons nos trabalhos de grupo. Mais tarde realiza o exame final, para o qual também se esforça bastante, abdicando totalmente das festas da sua queima das fitas. Porém quando recebe a nota do exame apercebe-se que este foi anulado. Bastante preocupado vai pedir esclarecimentos ao professor e este diz-lhe simplesmente que o seu teste foi anulado, tal como foi o teste do seu colega X, porque ambos os testes eram iguais, o que pressupõe que ambos copiaram um pelo outro. Ele tenta explicar ao professor que jamais copiou pelo colega, demonstrando ao professor que sabia a matéria. O professor convoca uma reunião conjunta entre os 2 alunos e o colega que copiou confessa a sua culpa, decidindo o professor anular apenas o teste ao colega. Deste modo o aluno, protagonista desta história, conseguiu evitar a reprovação e ter a nota que merecia, podendo terminar a sua licenciatura nesse ano."

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
12. É capaz de alterar significativamente							
os acontecimentos.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
13. Sente que pertence ao grupo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
14. Sente que os outros interagem consigo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
15. Sente-se inseguro.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

16. Sente-se invisível.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
17. Sente que é capaz de influenciar os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
18. Sente que os outros decidem tudo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
19. Sente-se satisfeito.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
20. Sente-se feliz.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
21. Sente-se triste.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
22. Sente-se com medo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
23. Sente-se alegre.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
24. Sente-se ofendido.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
25. Sente-se zangado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
26. Sente-se irritado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
27. Sente-se com raiva.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
28. Sente-se magoado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
Tendo ainda em conta a situação acima descrita, indique: Quanto sofrimento o protagonista sentiu? Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo Quanta injustiça o protagonista sentiu? Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo Para finalizar responda às seguintes questões. Para si foi relevante pensar que o estudante das duas situações era aluno de outra universidade, que									
não o ISCTE-IUL? Se fosse aluno do ISCTE-I		-							

Obrigada pela sua participação!



Questionário

O presente questionário é parte integrante do projeto de investigação realizado no âmbito da Dissertação para a obtenção do grau de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este tem como objetivo recolher informação acerca da forma como as pessoas veem e sentem as experiências do quotidiano. Vamos apresentar-lhe duas situações e pedimos-lhe que em cada uma avalie o modo como o protagonista se sente.

Por favor, tente responder a todas as questões. Pedimos-lhe que leia atentamente todas as instruções e que assinale a alternativa que melhor descreve aquilo que pensa e sente. Além disso, é de salientar que todas as suas respostas serão confidenciais e não existem respostas certas ou erradas. A sua participação é voluntária, sendo assegurado o anonimato dos seus dados pessoais e das suas respostas.

Dados demográficos:	
Sexo: Masculino	Feminino
Idade:	
Curso:	

(exclusão social-exogrupo)

Imagine a seguinte situação passada com um estudante de uma **outra universidade (que não o** ISCTE – IUL).

"Um estudante não é popular na sua turma nem na sua faculdade. Tem poucos amigos e poucas oportunidades para a interação social. A maioria dos seus colegas evitam-no, mostrando a sua repulsa e agindo como se em tudo o que tocasse estivesse contaminado com germes. Frequentemente, é humilhado em frente aos seus colegas e sente-se como sendo uma 'piada' para os outros. Quando um professor lhe pergunta o que o aluno sente acerca dos insultos, ele responde 'Dói, realmente dói'."

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
12. É capaz de alterar significativamente							
os acontecimentos.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
13. Sente que pertence ao grupo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
14. Sente que os outros interagem consigo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
15. Sente-se inseguro.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
16. Sente-se invisível.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
17. Sente que é capaz de influenciar os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
18. Sente que os outros decidem tudo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
19. Sente-se satisfeito.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
20. Sente-se feliz.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

21. Sente-se triste.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
22. Sente-se com medo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
23. Sente-se alegre.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
24. Sente-se ofendido.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
25. Sente-se zangado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
26. Sente-se irritado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
27. Sente-se com raiva.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
28. Sente-se magoado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

Tendo ainda em conta a situação acima descrita, indique:

Quanto sofrimento o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

Quanta injustiça o protagonista sentiu?

Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

(injustiça-exogrupo)

Imagine uma outra situação passada com um estudante de uma **outra universidade** (**que não o ISCTE – IUL**).

"Um aluno para terminar a Licenciatura falta-lhe apenas uma U.C. Devido a esse facto, esforça-se imenso, conseguindo obter resultados bastante bons nos trabalhos de grupo. Mais tarde realiza o exame final, para o qual também se esforça bastante, abdicando totalmente das festas da sua queima das fitas. Porém quando recebe a nota do exame apercebe-se que este foi anulado. Bastante preocupado vai pedir esclarecimentos ao professor e este diz-lhe simplesmente que o seu teste foi anulado, tal como foi o teste do seu colega X, porque ambos os testes eram iguais, o que pressupõe que copiaram um pelo outro. Ele tenta explicar ao professor que jamais copiou pelo colega, demonstrando que sabia a matéria. O professor diz-lhe que é difícil perceber quem tinha copiado e que a melhor decisão era mesmo a anulação do teste. Posteriormente, o aluno vai falar com o colega e pede-lhe para que ele o ajude a esclarecer a situação, porque precisa mesmo desta cadeira para terminar a Licenciatura. O colega admite que copiou e diz-lhe que não vai admitir a sua culpa perante o professor porque pretende fazer a U.C. no ano seguinte e não quer que a sua imagem fique manchada. Deste modo o aluno, protagonista desta história, não consegue evitar a reprovação e ter a nota que mereceria, mesmo depois de ter exposto esta situação ao conselho pedagógico, pois não consegue provar a sua inocência. O teste fica anulado e o aluno não pode terminar a sua licenciatura nesse ano."

Pedimos-lhe agora que imagine como é que este estudante se sentiria.

1. Sente-se bem consigo mesmo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
2. Sente-se poderoso.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
3. Sente-se inexpressivo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
4. Sente que gostam de si.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
5. Sente-se como se não fizesse parte.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
6. Sente-se útil.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
7. Sente que tem controlo.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
8. Sente-se inexistente.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
9. Sente-se rejeitado.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
10. A sua autoestima estava alta.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
11. Sente-se importante.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo

12. É capaz de alterar significativamente

os acontecimentos.							Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
13. Sente que pertence ao grupo.						Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo	
14. Sente que os outros interagem consigo.						Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo	
15. Sente-se inseguro.						Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo	
16. Sente-se invisível.						Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo	
17. Sente	e que	é cap	oaz de	influe	nciar	os outros.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
18. Sente	e que	os o	utros (decide	n tud	Э.	Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
19. Sente	e-se s	atisfe	eito.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
20. Sente	e-se f	eliz.					Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
21. Sente	e-se tı	riste.					Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
22. Sente	e-se c	om r	nedo.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
23. Sente	e-se a	legre) .				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
24. Sente	e-se o	fend	ido.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
25. Sente	e-se z	anga	do.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
26. Sente-se irritado.					Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo		
27. Sente	e-se c	om r	aiva.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo
28. Sente-se magoado.				Nada	1	2	3	4	5	Muitíssimo			
Tanda	مامسان		4	:4	~-	مام مسام	ومناهم السوا	. d:					
					,	acima des	scrita, ii	ıaıqu	ie:				
Quanto			-	_									
Nada 1	1	2	3	4	5	Muitíss	imo						
Quanta	injus	tiça	o pro	tagoni	sta se	entiu?							
Nada 1	1	2	3	4	5	Muitíss	imo						
Para fina	ılizar	respo	onda à	ıs segu	intes	questões.							
										aluno	de out	ra uni	versidade, que
não o IS	CTE-	IUL	? Se fo	osse alı	uno do	SISCTE-I	UL seria	dife	rente?				

Obrigada pela sua participação!

Anexo B: Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL	Ana Raquel Martins Leandro						
	AnnaLeandro@hotmail.com						
	Sexo Feminino Data de nascimento 30/09/1990 Nacionalidade Portuguesa						
EMPREGO PRETENDIDO	Psicologia Social e das Organizações						
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL							
24/09/2010 — 13/10/2013	Operadora Calçado, Têxtil e Caixa Sport Zone,						
	Atendimento, Responder às necessidades dos clientes, Reposição e Arrumação de material						
05/11/2012 - 05/02/2013	Psicóloga estagiária TAP Portugal, Lisboa						
	Recrutamento e Seleção: Avaliação psicológica dos candidatos, Entrevistas Individuais e Provas de grupo.						
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO							
09/2011	Mestrado em Psicologia Social e das Organizações 15,10 valores						
	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa,						
	Conceção e Avaliação de Projetos, Psicologia Organizacional, Diagnóstico e Intervenção Social e Organizacional, Psicologia dos Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho						
09/2008 - 06/2011	Licenciatura em Psicologia 15 valores						
	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa,						
	Comportamento organizacional: processos individuais e processos grupais, Avaliação Psicológica, Diagnóstico e Intervenção em Grupos, Gestão de Recursos Humanos						
COMPETÊNCIAS PESSOAIS							
Língua materna	Português						

Outras línguas	COMPREE	NDER	FAI	ESCREVER	
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	B1	B1	A2	A2	A2
Espanhol	B1	B2	B1	B1	A1

Níveis: A1/A2: Utilizador básico - B1/B2: utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado

Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação

Orientação para o cliente, a resolução de reclamações, sentido de responsabilidade e boa capacidade de comunicação adquirida na minha experiência de trabalho como operadora na Sport zone; Competências de Trabalho em Equipa adquiridas no âmbito da Unidade Curricular de Trabalho em Equipa com exercícios práticos; Competências de Gestão de Conflitos adquiridas no âmbito da Unidade Curricular de Gestão de Conflitos com exercícios práticos.

Competências informáticas

Domínio Windows, Office Vista (Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Powerpoint), Adobe Acrobat e SPSS.

Carta de Condução B, B1